

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE - FARN**

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DO LEITE PARA A
SOCIEDADE POTIGUAR

Gabriella Lucena Vasco

**ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DO LEITE PARA A
SOCIEDADE POTIGUAR**

Trabalho apresentado ao Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Administração com habilitação em Marketing.

Orientador (a): Karina de Oliveira Costa Bezerra,
M.Sc.

NATAL
2008

NATAL
2008

GABRIELLA LUCENA VASCO
GABRIELLA LUCENA VASCO

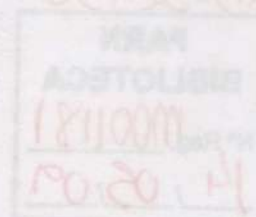
ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DO LEITE PARA A
SOCIEDADE POTIGUAR

Monografia apresentada ao Curso de Administração com Habilitação em
Marketing da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito obrigatório para a obtenção do
grau de Bacharel em Administração com
habilitação em Marketing.

Monografia apresentada ao Curso de
Administração com Habilitação em Marketing
da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito obrigatório para a obtenção do
grau de Bacharel em Administração com
habilitação em Marketing.

Orientador (a): Karina de Oliveira Costa
Bezerra,
M. Sc.

NATAL
2008



Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Vasco, Gabriella Lucena.

Análise dos benefícios do programa do leite para a sociedade potiguar /
Gabriella Lucena Vasco. – Natal: FARN, 2008.
82f.

Orientador: Karina Costa Bezerra (Msc.)

Monografia (Bacharelado em Administração com Habilitação em
Marketing) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande
do Norte.

1. Gestão Pública – Monografia. 2. Programa do Leite – Monografia. 3.
Apoio Nutricional – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

CDU 35



35
V445a
2008
ex 01

GABRIELLA LUCENA VASCO

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DO LEITE PARA A
SOCIEDADE POTIGUAR

Monografia apresentada ao Curso de Administração com Habilitação em Marketing, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, Aprovada em 20/12/2008 Pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Karina de Oliveira Costa Bezerra.

Karina de Oliveira Costa Bezerra, Msc.
Orientadora

Franklin Marcolino de Souza

Franklin Marcolino de Souza, Msc.
Membro Examinador

José Padilha Crispim Neto

José Padilha Crispim Neto, Msc.
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reverenciar o comportamento ou a ajuda de pessoas pelo incentivo, carinho e amor. Assim gostaria de agradecer em primeiro lugar a uma pessoa inimitável e em minha vida dotada de soberania, o meu pai criador que abriu essa porta e me deu esta oportunidade de cursar uma graduação em uma faculdade de excelente qualidade.

Aos meus pais (Dina e César), e demais familiares em especial minha vô Nêni, Nôlis, Dani, Claudia, Dor Anjos, pois eles sempre acreditaram no meu talento e superaram todas as dificuldades enfrentadas, que amaram e torceram comigo para que a conquista fosse alcançada. Ao meu noivo (Edmar) e toda a sua família que torceram e que de maneira especial souberam me ouvir, me encorajar e me dar forças nos momentos de cansaço me passando confiança e coragem para continuar na longa caminhada sem olhar para trás tendo a certeza que Deus estava comigo e que não me enganaria.

A minha orientadora profª Karina de Oliveira Costa Bezerra que me auxiliou e me mostrou que sou capaz de ir além das minhas forças. A todos os meus professores da graduação que me forneceram uma excelente administração.

A todos os amigos de curso que me ensinaram a conviver com as dificuldades, pois todos são importantes e me ajudaram a superar os momentos mais difíceis. *"Dedico a Deus, meus pais, meu noivo, familiares e amigos que acreditaram em mim e que me apoiaram na conquista deste sonho".*

E em especial a uma amiga guerreira (Sora Cassiano) que aprendi a admirar e amar mesmo com as divergências existentes, que com toda sua paciência, inteligência e amizade soube me ensinar como também esteve sempre ao meu lado em todos os momentos bons e difíceis encontrados nessas quatro anos de jornada e sempre me deu um dom divino conseguiu fazer com que todas as minhas habilidades e competências fossem descobertas.

A toda equipe da SETHAS que permitiu que eu realizasse a minha pesquisa e me auxiliaram no que foi preciso, a Drª Pega pelo confiança, amizade e compreensão e por todo o conhecimento que ele me proporcionou a cerca do tema proposto. A Sora uma amiga de trabalho que significa

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reverenciar o comportamento ou a ajuda de pessoas pelo incentivo, carinho e amor. Assim gostaria de agradecer em primeiro lugar a uma pessoa insubstituível em minha vida dotado de soberania, o meu pai criador que abriu essa porta e me deu esta oportunidade de cursar uma graduação em uma faculdade de excelente qualidade.

Aos meus pais (Dilma e César), e demais familiares em especial minha vó Nem, Núbia, Dan, Claudia, Dos Anjos, pois elas sempre acreditaram no meu talento e entenderam todas as dificuldades enfrentadas, que oraram e torceram comigo para que a conquista fosse alcançada. Ao meu noivo (Edmar) e toda a sua família que torceram e que de maneira especial souberam me ouvir, me encorajar e me dar forças nos momentos de desânimo me passando confiança e coragem para continuar na longa caminhada sem olhar para trás tendo a certeza que Deus estaria comigo e que não me desampararia.

A minha orientadora prof^a Karina de Oliveira Costa Bezerra que me auxiliou e me mostrou que sou capaz de ir além das minhas forças. A todos os meus professores da graduação que me tornaram uma excelente administradora.

A todos os amigos do curso que me ensinaram a conviver com as diferenças, pelas trocas de aprendizado e conhecimento e entender que amigo mesmo é aquele que estar ao nosso lado até o fim da jornada.

E em especial a uma amiga guerreira (Sara Cassiano) que aprendi a admirar e amar mesmo com as divergências existentes, que com toda sua paciência, inteligência e amizade soube me entender como também esteve sempre ao meu lado em todos os momentos bons e difíceis encontrados nesses quatro anos de jornada e que acima de tudo com um dom divino conseguiu fazer com que todas as minhas habilidades e competências fossem descobertas.

A toda equipe da SETHAS que permitiu que eu realizasse a minha pesquisa e me auxiliaram no que foi preciso, a Dr^o Pegado pela confiança, amizade e compreensão e por todo o conhecimento que ele me proporcionou a cerca do tema proposto. A Bernadete uma amiga de trabalho que significa

muito em minha vida e que tenho a certeza que mesmo distante estaremos sempre unidas pela amizade e afinidade.

Pela nova equipe de trabalho do SINE pela compreensão e confiança que me foi atribuída nessa nova função de trabalho.

E Enfim a todos que direta e indiretamente me apoiaram e vibraram comigo na realização desse grande sonho.

E em particular por todos aqueles que lançaram pedras e que me proporcionaram o proveito de utilizá-las para construção do meu castelo, por todos aqueles que torceram contra, pois eles me impulsionaram a cada dia ir mais além, pois o Deus todo poderoso esteve ao meu lado me dando calma, paciência, sabedoria e inteligência para superar o que considerava impossível.

Palavras-Chave: Programas Assistencialistas, Programa do leite e benefícios do Programa.

RESUMO

A pobreza no Estado do Rio Grande do Norte está inserida num contexto preocupante dentro de vários problemas existentes para o Governo, obrigando a estes criarem estratégias em curto prazo que venham minimizar ou até mesmo maquiar esses problemas. Criam-se então os Programas Assistencialistas com o intuito de promover mudanças na vida da população de baixa renda. Assim sendo, a pesquisa propôs responder a seguinte problemática: **Até que ponto o programa do leite tem beneficiado de maneira eficiente os beneficiários.** A pesquisa abordou dados informativos e avaliativos tais como: perfil dos gestores e beneficiários, quais os critérios pré-estabelecidos para se tornar um usuário do programa, avaliar o nível de aceitação do Programa, sugerir alternativas que contribuam para melhoria do Programa e acima de tudo identificar quais os maiores benefícios que esse Programa pode proporcionar para a Sociedade Potiguar. Ao longo da pesquisa abordou-se também assuntos relacionados à administração pública, característica, estruturação, princípios básicos da Administração pública, uso e abuso de poder, ética, políticas públicas, política social, programas assistencialistas. A referida pesquisa consiste em uma pesquisa exploratória descritiva e explicativa, caracteriza-se ainda como um estudo de caso e pesquisa de campo ao mesmo tempo. Para colher os dados utilizou-se à coleta documental e pesquisa bibliográfica, como também instrumentos de coleta de dados como questionário dirigidas aos beneficiários do Programa do Leite e uma entrevista do Tipo informal realizada com a Coordenadora do Programa do Leite na SETHAS. Pôde-se observar que os beneficiários estão satisfeitos com o Programa em relação aos diversos tipos de variáveis como, por exemplo, Qualidade, Benefícios, Pontualidade na Entrega. Contudo observamos dados significativos na pesquisa como o fato dos usuários considerarem importante para melhoria significativa do Programa a fiscalização intensiva nas usinas como também levantamentos a cerca do perfil dos beneficiários para identificar aqueles que não se enquadram no perfil, onde este dado foi citado por cerca de 40% dos respondentes. Entretanto outro dado importante a ser ressaltado é o interesse destes em agilizar os processos através da informatização dos cadastros citados por 31% dos beneficiários, contudo esta informatização já foi planejada mais não posta em prática pelo órgão responsável. Assim sendo, conclui-se que, apesar do Assistencialismo ser um tema bastante criticado por causar dependências em seus usuários, verificou-se que esses programas têm beneficiado os usuários como também minimizado às carências nutricionais da população. Em relação aos benefícios identificamos também que o Programa tem possibilitado um aumento na economia local, com a utilização da cadeia leiteira do Estado, trazendo valorização ao homem do campo.

Palavras-Chave: Programas Assistencialistas, Programa do leite e benefícios do Programa.

LIST ABSTRACT

Poverty in the state of Rio Grande do Norte is embedded within a context of several worrisome problems for the government, forcing them to create short-term strategies that may minimize or even makeup these problems. It was then create the supporting programs to promote changes in the lives of people of low income. Therefore, the research suggested answer the following question: How far the program has benefited from milk efficiently beneficiaries. The research addressed data and assess such information as: profiles of managers and beneficiaries, which pre-established criteria for becoming a user of the program, assess the level of acceptance of the program, suggest alternatives that contribute to improving the program and foremost identify the greatest benefits that this program can provide to society Potiguar. Throughout the search was also addressed issues related to public administration, feature, structure, basic principles of public administration, use and abuse of power, ethics, public policy, political, social, programs care. The survey consists of a descriptive and explanatory research survey, is still characterized as a case study and field research at the same time, to collect the data was used to collect documentary and bibliographic research, but also tools for data collection as a questionnaire sent to the beneficiaries of the Milk Program and an informal type of interview conducted with the Coordinator of the Milk Program in Seth. It was noted that the beneficiaries are satisfied with the Program on the different types of variables such as quality, benefits, timeliness in delivery. However found significant evidence in the search as the fact that users consider important for significantly improving the surveillance program in intensive plants to drawdowns, but also about the profile of beneficiaries to identify those who do not fit the profile, where this figure was cited by some 40% of respondents. Meanwhile another important factor to be emphasized is in the interest of expediting the process through computerization of entries cited by 31% of beneficiaries, however this computerization has already been planned but not implemented by organ responsible. Thus, it appears that despite the welfare issue rather be criticized for a cause addiction in its users, we found that these programs have benefited users but also minimize the nutritional needs of the population. In relation to the benefits identified that the program has allowed an increase in the local economy, using the chain's dairy state, bringing value to man the field.

POP - Política de Gestão Pública

Key words: Programs services, and the milk program benefits of the program.

GQT - Gestão da Qualidade Total

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

LISTAGEM DE SIGLAS

LISTAGEM DE SIGLAS	11
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	12
1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	12
ONU – Organização das Nações Unidas	14
1.31 – JUCIOS	16
SEAS – Secretaria de Estado e Ação Social	18
1.4 JUSTIFICATIVA	18
SEJUC- Secretaria da Justiça e Cidadania	20
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20
SEGOV Secretaria Especial do Governo	22
2.1.2 Estruturação	23
SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e Assistência Social	25
2.1.3 Princípios básicos da administração	27
2.1.5 Os poderes e deveres do administrador público	28
CODES- Coordenadoria de Assistência Social	29
2.1.8 Considerações sobre ética e a moralidade	30
SUAS- Subcoordenadoria de Assistência Social	33
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	34
2.3.1 O papel do Estado	36
SINE – Sistema Nacional de Emprego	37
2.5 PROGRAMA ASSISTENCIALISTA	41
PDS – Programa de Desenvolvimento Social	43
3 METODOLOGIA	45
GESPÚBLICA – Novo Conceito de Gestão Pública	45
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	47
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	47
PQP – Política de Gestão Pública	48
3.5 CRONOGRAMA DA COLETA DE DADOS	49
GQT – Gestão da Qualidade Total	50
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	62
SUAS- Sistema Único da Assistência Social	64
6. APENDICE	70
7 ANEXOS	79
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social	

SUMÁRIO

LISTAGEM DE SIGLAS.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	14
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 Geral.....	16
1.3.2 Específicos.....	16
1.4 JUSTIFICATIVA.....	18
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	20
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	20
2.1.1 Características.....	22
2.1.2 Estruturação.....	23
2.1.3 Governo e Administração.....	25
2.1.4 Atividade Administrativa.....	25
2.1.5 Princípios básicos da administração.....	27
2.1.6 Os poderes e deveres do administrador público.....	28
2.1.7 O Uso e abuso do poder.....	29
2.1.8 Considerações sobre ética e a moralidade.....	30
2.2 A ESTRATÉGIA DO GESPÚBLICA.....	33
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	34
2.3.1 Origens do termo política.....	36
2.4 POLÍTICA SOCIAL.....	37
2.5 PROGRAMA ASSISTENCIALISTA.....	41
2.6 ASSISTÊNCIA COMO AÇÃO GOVERNAMENTAL.....	43
3 METODOLOGIA.....	45
3.1 TIPO DA PESQUISA.....	45
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	47
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	47
3.4 MÉTODO DE TRATAMENTO DOS DADOS.....	48
3.5 CRONOGRAMA DA COLETA D DADOS	49
3.6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	50
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	62
5 REFERENCIAS.....	64
6. APÊNDICE.....	70
7 ANEXOS.....	79

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Rio Grande do Norte está localizado no Brasil enquadrado na lista dos países em desenvolvimento e possuindo chances suficientes a ser uma das maiores potências econômicas capitalistas, entretanto vários são os problemas que degradam e deprimem o país, entre eles pode-se ressaltar a questão da pobreza decorrente da situação econômica vigente e da má distribuição de renda.

Entretanto, outro fato a ser ressaltado é a situação em que vive o assalariado no Brasil, pois um grande percentual sobrevive bem abaixo do mínimo delimitado pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com Sergei Soares, economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Brasil é um país desigual desde sua colonização.

Cabe ressaltar também que de acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2007) menos de 80 reais é a quantia com a qual 50 milhões de brasileiros sobrevivem mensalmente, esse número corresponde a 29 % da população do país, como também no Nordeste a situação chega a ser preocupante, pois é a região que tem o maior índice de pobreza de todos os Estados do país, com cerca de mais de 50 % de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza.

Assim sendo, a pobreza no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte está inserido num contexto preocupante dentro de vários problemas existentes para o Governo. Obrigando a estes criarem estratégias em curto prazo que venha minimizar ou até mesmo maquiagem esses problemas.

Criam-se então os Programas Assistencialistas com o intuito de promover mudanças na vida da população de baixa renda. Então diante do exposto dentro desta temática abordou-se um dos mais importantes Programas Sociais - o Programa do Leite, de efeito político, econômico e social que visa promover o apoio nutricional a população menos favorecida do Estado.

1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Diante desse contexto os Programas Assistencialistas surgem com a missão de melhorar e promover mudanças na vida dessas pessoas que se tornam usuários ativos e até mesmo dependentes destes programas.

Entretanto sabe-se que a maioria destes ainda não é eficaz em sua totalidade, pois visam apenas o crescimento econômico. Assim sendo o que deve ser feito pelos gestores públicos consiste na criação de uma estratégia adequada que proporcione uma união de políticas de estímulos ao crescimento econômico, ao crescimento de renda per capita e á melhor distribuição de renda.

Desta forma, o Brasil se tornaria um país desenvolvido com índices de pobreza minimizados e com o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas.

De fato teoricamente os programas devem trazer benefícios às populações menos favorecidas, mais na prática muitas coisas ainda precisam ser feitas para que isso aconteça. Desta forma a pesquisa foi realizada com um estudo de caso na Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social- SETHAS, mais especificamente na Coordenadoria de Desenvolvimento Social - CODES setor responsável pela fiscalização e acompanhamento do programa alvo de estudo na pesquisa.

Dentro da linha de temática dos programas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, possuem presença significativa e intensiva na gestão os Programas de Restaurante Popular, Café do Trabalhador, construções de cisternas e o Programa do Leite tema que será explorado na pesquisa.

O Programa do leite (leite de gado e leite de cabra) se constitui num apoio nutricional as famílias carentes com prioridades para crianças de 3 meses a 6 anos, nutrízes ou desnutrízes, gestantes ou lactantes, deficientes físicos incapazes de prover o seu próprio sustento e idosos acima de 60 anos através da distribuição diária de 01 (um) litro de leite pasteurizado tipo C, por família. Tem como objetivo reduzir as carências nutricionais dos beneficiários. Além de promover o aumento da pecuária no Estado e melhoria do rebanho e da produtividade, contribuindo para geração de ocupação e renda destinada ao homem do campo.

O mesmo tem resgatado a credibilidade junto à população ao imprimir um novo modelo de gestão, que vem buscando a cada dia combater as carências nutricionais que estão associadas à revitalização e o fortalecimento da cadeia produtiva gerando riqueza para todos.

Em contra partida devido a uma série de problemas, o Programa se tornou alvo de inúmeras denúncias de irregularidade em seu funcionamento e tem estado frequentemente nas páginas de jornal e programas de TV. Daí o surgimento do tema

desta pesquisa que consiste em responder a seguinte questão: **Até que ponto o Programa do Leite tem beneficiado de maneira eficiente a Sociedade Potiguar?**

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e Assistência Social, foi criado a partir da lei complementar nº 136 de fevereiro de 1999, denominada na época de Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS. Quando da ultima reforma administrativa da SEAS, esta restringiu a amplitude de sua ação com a transferência das áreas do Trabalho e Habitação que passaram a serem absorvidas respectivamente pela Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUC e pela Secretaria Especial de Governo – SEGOV.

Com essa transferência, a Secretaria passou a incorporar programas da esfera federal e outros do próprio Governo Estadual, sem que houvesse a preocupação de repensar sua reestruturação e conseqüentemente, efetivar sua missão de modo eficiente e eficaz, favorecendo desta forma, a formação de blocos monolíticos que impediram o estabelecimento de sua unidade gerencial.

Nesse contexto, a SEAS, até então, não conseguira contemplar a sua missão institucional face às novas demandas e concepções das políticas de Trabalho, Habitação na interface com a política de Assistência Social.

Em conformidade com a lei complementar n.º 062 de 29 de dezembro de 2003, que transforma então a Secretaria de Estado de ação Social – SEAS em Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS.

Frente a esses encaminhamentos a SETHAS, enquanto instituição governamental compreende os muitos desafios, especialmente ao que se refere à questão da universalidade do atendimento que ainda ocorre de modo contraditório como reflexo de uma realidade social, marcado pelas desigualdades sociais onde as demandas se apresentam maiores que a capacidade institucional de respostas.

Assim sendo a Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social - SETHAS possui em sua nomenclatura atual a missão de planejar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas públicas relacionadas ao âmbito de suas atividades, no que diz respeito, a questões de renda, habitação, ação social, segurança alimentar e nutricional centralizados na família e em especial aos grupos vulnerabilizados pela pobreza, que consiste em programas de Promoção e

Qualificação Profissional com o incentivo ao empreendedorismo e ao primeiro emprego, apoio ao Desenvolvimento do Artesanato Potiguar, apoio à micro e pequenas empresas, implementação de centrais de trabalhador, intermediação de mão de obra através do Sistema Nacional de Emprego – SINE.

No que diz respeito à Habitação dentre a diversidade de programas o destaque são para aqueles de construção de moradia, reformas e melhorias habitacionais como o Cheque Reforma, Cheque Moradia e legalização fundiária.

Já em relação ao programas assistencialistas podem-se ressaltar aqueles que possuem relevância na Gestão entre eles ações de intersetorialidade com ênfase no gênero, raça, e etnia, apoio a Casa da Cidadania, Casa do Estudante (masculina e feminina) e incentivos ao Desenvolvimento Sustentável e permanente com o Programa de Desenvolvimento Solidário – PDS.

Atualmente a Secretaria dispõe de 226 funcionários em sua sede e com 79 funcionários a disposição em outros órgãos, possui em sua estrutura organizacional 45 setores distribuídos em (Assessorias, Coordenadorias, Subcoordenadorias, Unidades, Grupos, Chefias, Fundação e Órgãos colegiados), entre estes o destaque para a Coordenadoria de Desenvolvimento Social – CODES setor responsável pelos programas de Segurança Alimentar e Nutricional e o setor da SUAS que representa a Subcoordenadoria de Assistência Social conforme pode-se observar no organograma a seguir.

1.3.1 Geral

Analisar os benefícios do Programa do Leite para a Sociedade Potiguar.

1.3.2 Específicos

- Identificar o perfil dos beneficiários do Programa do Leite.
- Descrever o perfil dos gestores que lidam com o programa.
- Mostrar os critérios pré - estabelecidos para que uma pessoa se torne beneficiária.
- Avaliar o nível de aceitação do Programa do leite para a Sociedade Potiguar.

- Identificar qual o benefício têm sido de maior relevância para os usuários do Programa.
- Sugerir alternativas que contribuam para a melhoria do programa.

Este estudo é relevante para o estudo da Gestão Pública Estadual, uma vez que, através de um programa que beneficia aproximadamente 167 municípios com a distribuição de leite, conseguiu alcançar no ano de 2007 uma meta estabelecida pelo governo que era de distribuir cerca de 5000 litros de leite.

Contudo é um desafio dar continuidade a essa pesquisa, por se tratar de um programa assistencialista que não funciona como deveria em sua essência, pois ainda não os problemas enfrentados pela Secretaria em decorrência de uma má gestão ou até mesmo por má fé de algumas pessoas que estão interessadas apenas nos recursos oferecidos pelo governo federal em prol do funcionamento do programa.

Portanto esse estudo proporcionou um conhecimento maior para a academia em relação aos problemas enfrentados pelo Poder Público. Entretanto beneficiou ainda os estudantes da Faculdade em consultas futuras por se tratar de um tema ainda pouco explorado nos artigos acadêmicos.

Em contrapartida serviu ainda de informação para a população leiga do Estado em entender e conhecer os programas disponíveis que tratam de Segurança Alimentar e Nutricional da população pobre, como também para aquelas pessoas que não reconhecem os benefícios que um programa deste porte pode trazer para uma família carente do Estado. Entretanto, beneficiou ainda os estudantes da Faculdade em consultas futuras por se tratar de um tema ainda pouco explorado nos artigos acadêmicos.

A contribuição teórica é de total importância, pois proporcionou ainda conhecimentos acerca da Gestão Pública no âmbito do Estado, as políticas públicas de programas sociais e da Segurança Alimentar e Nutricional como estudo aprofundado do Programa do Leite.

Contudo tendo em mente que apenas estes programas não irão combater a pobreza e a exclusão social, pois vários são os problemas que atingem essa classe menos favorecida, porém se os recursos forem aplicados de maneira transparente mesmo que seja em programas assistencialistas daríamos um grande passo na direção correta para a redução da pobreza, mas tendo plena consciência

1.4 JUSTIFICATIVA

Realizar uma Análise dos benefícios do Programa do leite é de total importância e relevância para o estudo da Gestão Pública Estadual, uma vez que, trata-se de um programa que beneficia aproximadamente 167 municípios com familiares de baixa renda e que conseguiu alcançar no ano de 2007 uma meta estabelecida pelo governo que era de distribuir cerca de 5000 litros/dia de leite.

Contudo é um desafio dar continuidade a essa pesquisa, por se tratar de um programa assistencialista que não funciona como deveria em sua essência, pois vários são os problemas enfrentados pela Secretaria em decorrência de uma má gestão ou até mesmo por má fé de algumas pessoas que estão interessadas apenas nos recursos oferecidos pelo governo federal em prol do funcionamento do programa.

Portanto esse estudo proporcionou um conhecimento maior para a Academia em relação aos problemas enfrentados pelo Poder Público, Entretanto beneficiou ainda os estudantes da Faculdade em consultas futuras por se tratar de um tema ainda pouco explorado nos artigos acadêmicos.

Em contrapartida serviu ainda de informação para a população leiga do Estado em entender e conhecer os programas disponíveis que tratam da Segurança Alimentar e Nutricional da população potiguar como também para aquelas pessoas que não reconhecem os benefícios que um programa deste poderá trazer a uma família carente do Estado. Entretanto, beneficiou ainda os estudantes da Faculdade em consultas futuras por se tratar de um tema ainda pouco explorado nos artigos acadêmicos.

A contribuição teórica é de total importância, pois proporcionou ainda conhecimentos acerca da Gestão Pública no âmbito do Estado, as políticas públicas de programas sociais e de Segurança Alimentar e Nutricional como estudo aprofundado do Programa do Leite.

Contudo tendo em mente que apenas estes programas não irão combater a pobreza e a exclusão social, pois vários são os problemas que atingem essa classe menos favorecida, porém se os recursos forem aplicados de maneira transparente mesmo que seja em programas assistencialistas daríamos um grande passo na direção correta para a redução da pobreza, mas tendo plena consciência

que consiste em um processo demorado mais que a sociedade em geral tem condições suficientes para alcançar esse patamar.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública pode dividir-se em Administração Pública em sentido objetivo, que "refere-se às atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, físicas e jurídicas incumbidas de atender concretamente as necessidades coletivas" e Administração Pública em sentido subjetivo que "refere-se aos órgãos integrantes das pessoas jurídicas físicas" (DI PIETRO, 2002 p. 55-56).

A Constituição Federal, levando em conta as anteriores, regulamenta no Título III, um capítulo específico para a organização da administração pública, permanecendo a estrutura governamental e enquanto função, a determinação no art. 37 que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos diversos princípios expressos, tais como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. No art. 70 são apontados os princípios de legalidade, legitimidade e economicidade e no art. 74, II, os princípios de legalidade e eficiência; também os princípios de proporcionalidade, de moralidade, de eficiência e de publicidade. A administração pública também é regida pelo princípio da igualdade dos administrados.

Segundo Graciano (2006, p.132)

A ideia central da Administração pública é a ação racional definida como a ação consciente calculada para realizar determinados objetivos deseados. "A Administração Pública como objeto e como atividade é planejada para incrementar a realização dos objetivos, e frequentemente fundam-se os dois, uma vez que, em última análise, o estudo é também uma forma de ação".

Assim sendo a administração pública pode ser definida como uma atividade concreta e material que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivos como conjunto de órgãos de pessoas e de pessoas jurídicas a qual a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

São organizações de trabalho cujo sistema objeto de sua intervenção são as áreas comuns a todos, o que legitima o poder efetivo das

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública pode classificar-se em: Administração Pública em sentido objetivo, que “refere-se às atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente as necessidades coletivas” e Administração Pública em sentido subjetivo que “refere-se aos órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas” (DI PIETRO, 2002 p. 55-56).

A constituição Federal, inovando em relação às anteriores, regulamenta no Título III, um capítulo específico para a organização da administração pública, pormenorizando-a enquanto estrutura governamental e enquanto função, e determinado no art. 37 que a administração pública direta e indireta de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedeça além de diversos preceitos expressos, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No art. 70 aos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade; e no art. 74, II, aos princípios da legalidade, eficácia e eficiência; também os princípios da proporcionalidade dos meios aos fins, da indisponibilidade do interesse público, da especialidade administrativa e da igualdade dos administrados.

Segundo Granjeiro (2006, p.13):

A idéia central da Administração pública é a ação racional definida como a ação corretamente calculada para realizar determinados objetivos desejados. “A Administração Pública como estudo e como atividade, é planejada para incrementar a realização dos objetivos; e frequentemente fundem-se os dois, uma vez que, em última análise, o estudo é também uma forma de ação”.

Assim sendo a administração pública pode ser definida como uma atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução de interesses coletivos e subjetivamente como conjunto de órgãos de pessoas e de pessoas jurídicas a qual a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

São organizações de trabalho cujo sistema objeto da sua intervenção são as áreas comuns a todos, e cuja legitimidade provém de seu o poder efetivo das

entidades políticas, que detém tal poder em representação do poder institucional dos cidadãos.

Consiste no executivo em ação, é onde se faz o trabalho do governo, ou de uma forma mais abrangente, é uma divisão de ciências políticas, sociais, jurídicas, culturais e econômicas, num sentido mais amplo é todo sistema de governo, todo o conjunto de idéias, atitudes, normas, processos, instituições, e outras formas de conduta humana que determinam como se distribui e como se exerce a autoridade política, para atender aos interesses públicos.(CERQUINHO, 1999).

Conforme referenciado ainda por Cerquinho (1999, p. 79):

Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. Administrar é gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço executá-lo, como também, dirigir, controlar, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil.

Diante de uma crise profunda, como é a crise do estado, uma crise de caráter fiscal e administrativo que põs em xeque o modo de intervenção no plano social e econômico e a forma burocrática e ineficiente de administrar o estado, e uma crise causada pelo processo de globalização, que força as administrações públicas dos Estados nacionais a serem modernas e eficientes, surgiram respostas óbvias e inevitáveis como os programas de ajuste fiscal, de liberalização comercial, de privatização das empresas estatais, de desregulamentação, e a reforma da administração pública, que servirá para torná-la mais moderna, gerencial, com foco no cidadão.

Este é o objetivo da reforma administrativa pós-burocrática, bem como a publicização da administração pública, ou seja, torná-la verdadeiramente pública e democrática, com foco no interesse geral, em vez de submetidas o interesse de grupos econômicos, rearticulando as relações entre sociedade e Estado, o objetivo é o de uma reforma democrática do Estado, voltada para o cidadão, o que envolve dois pontos, de um lado, um maior grau de integração entre Estado e sociedade de outro uma maior eficiência do Estado na prestação de serviços do cidadão.

2.1.1 Características Pereira (2004, p.27-28) defende

A Administração Pública, como todas as organizações administrativas, é baseada numa estrutura hierarquizada com graduação de autoridade, correspondente às diversas categorias funcionais, ordenadas pelo poder Executivo de forma que distribua e escalone as funções de seus órgãos e agentes, estabelecendo a relação de subordinação.

Conforme referenciado por Granjeiro (2006, p. 387-389), existem três espécies ou até mesmo 3 características de Administração Pública cada uma contendo uma diferenciação em relação à outra e com características peculiares são elas: a Administração Pública Patrimonialista onde o aparelho do Estado funciona, como uma extensão do poder soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de Administração, contudo nesse novo momento histórico esse tipo de Administração torna-se inaceitável.

Outro tipo de Administração é a Pública Burocrática que surge na segunda metade do Século XIX, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Essa Administração visa à efetividade no controle dos abusos; seu defeito, a ineficiência, a auto referência, a incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como clientes. Esse defeito, entretanto não se revelou por que os serviços do Estado eram muito reduzidos.

Finalmente, a Administração Pública Gerencial emerge na segunda metade do século XX com o foco essencial na eficiência da Administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade nos serviços tendo o cidadão como beneficiários. Assim visa acima de tudo desenvolver um conceito de eficiência atrelado ao desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

Este por sua vez consiste no novo modelo gerencial aplicado ao mundo desenvolvido e aos dias atuais que vê o cidadão como contribuinte de impostos e ao mesmo tempo como cliente de seus serviços, além de que se revelou mais capaz de promover o aumento da qualidade e da eficiência dos serviços sociais oferecidos pelo setor público.

Contudo já Perez (2004, p.27-28) defende:

Um novo estilo de Administração Pública a Democrática que visa instituir a participação popular na área pública. Reconhece-se desde então como democrático o governo que preserva as liberdades públicas, direitos fundamentais individuais, de pensamento e expressão; o governo que evita a concentração de poderes por meio de adoção do princípio de separação de poderes.

Como a Administração pública é fundamentada numa estrutura de poder, que é a relação de subordinação entre órgãos agentes com distribuição de funções e graduação de autoridade de cada um, e como se sabe, no poder judiciário e no poder legislativo não há hierarquia, portanto esta é privativa na função executiva, com elemento típico da organização e ordenação dos serviços administrativos.

2.1.2 Estruturação

Compreende em geral sua estrutura e as suas atividades, parte do conceito de Estado, concepção moderna de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administradores.

O campo de atuação da Administração Pública, conforme delineado pela organização da execução dos serviços compreende os órgãos da administração Direta ou Centralizada e os da Administração Indireta ou Descentralizada.

Administração Direta ou Centralizada é constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da república e dos ministérios, no âmbito federal, e do Gabinete do Governador e secretarias de Estado, no âmbito estadual, e, na administração municipal, deve seguir estrutura semelhante. (lei nº 9.649, de 27/05/98).

Administração Indireta ou descentralizada é aquela atividade administrativa caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do Estado, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada.

De acordo com Granjeiro (2006, p.83-84):

As instituições descentralizadas apresentam uma série de vantagens em relação às centralizadoras: são muito mais flexíveis e podem responder com muito mais rapidez a mudança nas circunstâncias ou nas necessidades dos clientes, são muito mais eficientes são muito mais inovadoras têm moral elevado, são mais comprometidas e produtivas.

Na administração indireta ou descentralizada, portanto, o desempenho da atividade pública é exercido de forma descentralizada, por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, que, no caso, proporcionarão ao Estado a satisfação de seus fins administrativos.

Organização do Estado e da Administração é a matéria constitucional no que concerne à divisão política do território nacional, à estruturação dos Poderes, à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos governados.

A Federação compreende a União, os Estados - membros, O Distrito Federal e os Municípios, que também são entidades estatais, com autonomia política reconhecida pela constituição da República, embora em menor grau que a dos Estados-membros.

Por sua vez, são vinculadas ao Ministério em cuja área de competência enquadra – se sua principal atividade e classificam –se como: Autarquias, fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedade de economia mista. (Granjeiro, 2006, p.366) que constitui a Administração Pública em sentido instrumental amplo, ou seja, a Administração centralizada e a descentralizada.

Cabe ressaltar ainda conforme Granjeiro (2006, p. 369) a importância das Organizações Sociais que são vistas como entidades paraestatais de direito privado, porém sem fins lucrativos cujas atividades são dirigidas ao ensino, a pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, a proteção, e preservação do meio ambiente, á cultura e á saúde.

Tratando-se na verdade, de uma forma de parceria, com a valorização do terceiro setor, ou seja, serviço de interesse público, mas que não necessitam ser prestado pelos órgãos e entidades governamentais.

2.1.3 Governo E Administração por Cavalcanti (2005 p. 137)

Esses dois temas são bastante discutidos e ao mesmo tempo possuem significados distintos.

Governo – governo é toda atividade exercida pelos representantes do poder (MENEZES, p.128). Na verdade, o Governo ora se identifica com os Poderes e órgãos supremos do Estado, ora se apresenta nas funções originárias desses Poderes e órgãos como manifestação da Soberania. A constante, porém, do governo é a sua expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente. O governo atua mediante atos de Soberania ou, pelos menos, de autonomia política na condução dos negócios públicos.

Conforme Osborne (1995, p.32) os Governos que se interessam primordialmente pelo rumo da Sociedade, estão empenhados de forma ativa em modelar suas comunidades, seus estados e nações.

Administração Pública – administração é a atividade funcional concreta do Estado que satisfaz as necessidades coletivas em forma direta, continua e permanente, e com sujeição ao ordenamento jurídico vigente (DUEZ, 1927, p.37).

A administração não pratica atos de governo; tão somente, atos de execução com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus, agentes, esses atos são os chamados atos administrativos.

Podemos dizer então que o Governo e a Administração são de certa forma criações abstratas da Constituição e das leis, atuam por intermédio de suas entidades (pessoas jurídicas), de seus órgãos (centros de decisão) e de seus agentes (pessoas físicas investidas em cargos e funções).

2.1.4 Atividade Administrativa esse gerente é conhecido como Gerente Equalizador que Cavalcanti

Administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues ao administrador. Se forem bens individuais, executa-se uma administração particular, se são de uma coletividade executa-se uma administração pública, que é gestão de assuntos e bens da comunidade no âmbito federal.

Conforme referenciado por Cavalcanti (2005 p.187):

Do ponto de vista de estruturas Administrativas e seu funcionamento, buscou - se enfatizar as tensões sistêmicas entre política de Gestão Pública (PQP), que envolve as normas institucionais e rotinas organizacionais de aplicação geral e os arranjos específicos nos departamentos governamentais individuais, agências e empresas estatais.

Existem instituições e empresas particulares que colaboram com o Estado no melhor desempenho de serviços de utilidade coletiva: Administração centralizada (entidades estatais) e a descentralizadas (entidades autárquicas), fundacionais e empresariais e os entes de cooperação (entidades paraestatais) juridicamente administrar indica a atividade daquele que gera interesses alheios, mas no geral os termos administrados e administração é a conservação de bens e interesses.

Assim sendo, Cavalcanti (2005, p.188) afirmar que:

Em nenhum dado momento, no tempo e no espaço (administração direta e indireta), um administrador público brasileiro gerencia a implementação de políticas públicas contando com o apoio de uma modelagem organizacional, das estruturas e mecanismo de gestão formal.

Ainda dentro deste contexto é importante ressaltar que dentro desta atividade administrativa há aqueles administradores que passam pelo setor público deixando um histórico de realizações diferentemente daqueles que vêm restringidos pela estrutura, controles inflexíveis justificando assim resultados governamentais medíocres.

Esse gerente é conhecido como Gerente Equalizador que Cavalcanti (2005, p.234) defende como um gestor público profissional comprometido com resultados, ao lidar com as estruturas e demais mecanismos estruturais, o faz no exercício de sua consciência prática.

Buscando assim como administrador atuar nos limites de suas possibilidades e explorando os graus de liberdade de sua cidadania enquanto agente do Estado. Trabalhando com base nos 3 tipos de atos (ato de império, ato de gestão e ato de expediente para dar melhor agilidade em seu processo).

Entende-se por ato de império tudo o que contém uma ordem ou decisão da administração para o administrador, o ato de Gestão consiste em todo aquele que ordena a conduta interna da administração e de seus servidores e por último o ato de expediente que consiste no mais operacional que prepara a movimentação de processos, recebimento, e expedição de papéis dentro do Setor Público.

Deixando claro na mente dos cidadãos que a atividade dos administradores, além de traduzir a vontade de obter o máximo de eficiência administrativa, terá ainda de corresponder à vontade constante de viver honestamente, de não prejudicar o próximo como também de dar a cada um o que lhe pertence.

2.1.5 Princípios Básicos da Administração

A Administração Pública tem doze regras que devem ser observadas permanentemente: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia de interesses publicas.

Em contra partida Granjeiro (2006, p.380) defende apenas 5 (cinco) destes princípios: Legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, diante disso e dentro do contexto iremos abordar duas destas regras que se encaixam no programa discutido como forma de traçar um paralelo entre a Teoria e a Prática.

Legalidade – O administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito a qualquer mandamento da lei e as exigências do bem comum, ou seja, significa a observância dos princípios administrativos. Além de atender a legalidade, o ato do administrador público deve conformar-se com a moralidade e a finalidade administrativas para dar plena legitimidade à sua atuação.

Moralidade - moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública. O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto.

O ato administrativo não deverá obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição.

A moralidade administrativa não deve ser confundida com moralidade comum, ela é composta por regras de boa administração, ou seja, pelo conjunto das regras finais e disciplinares suscitadas não só pela distinção entre o bem e o mal, mas também pela idéia geral da administração e pela idéia de função administrativa. Esta por sua vez, é consagrada pela justiça como necessária à validade da conduta do Administrador Público.

Estes dois princípios devem estar embasados em todo o planejamento das políticas públicas, pois devem mostrar transparência a seus usuários tanto em relação aos programas propriamente ditos como em relação aos investimentos aplicados.

2.1.6 Os poderes e deveres do Administrador Público

É importante para os cidadãos usuários do Poder Público terem em mente quais os poderes e deveres dados a esses gestores pois são os encargos destes que geram bens e interesses da comunidade.

Esses gestores da organização pública, investidos de competência decisória passam a ser autoridades com poderes e deveres específicos do cargo ou da função. Esses deveres e poderes são expressos pela lei e exigidos pela coletividade.

O poder administrativo é atribuído à autoridade para remover interesses particulares que se opõem ao interesse público, o poder de agir se converte no dever de agir.

Conforme referenciado por Taméz (2006 p.201):

Também é dever do Administrador Público cumprir as ordens superiores obedecendo à hierarquia, cumprindo assim ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais. Deste modo, se a ordem não for claramente contrária à lei, deverá ser cumprida.

Assim Cavalcanti (2005, p.268) defende o Poder como forma de dever de agir representando por parte do agente o dever de agir em prol da comunidade para seus interesses deixando de praticar o seu dever funcional. O administrativo tem obrigação de atuar em benefício da comunidade para praticar sua competência legal. Dentro deste tópico, estar incluso três deveres como veremos abaixo:

Dever de Eficiência: "dever de boa administração", considerando não só a produtividade como a adequação técnica exigida pela administração econômica e técnica, desenvolvida e aperfeiçoada através de seleção e treinamento.

Dever de probidade: "dever de caráter íntegro e honrado", considerando como elemento necessário os atos do administrador público. Quando o ato é desonesto o administrador público ficará suspenso dos seus direitos políticos, tem a perda de sua função com a indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao Erário.

Dever de prestar contas: Com a orientação dos Tribunais o administrador deve ter gestão sua administrativa ligada aos bens e interesses da coletividade assumindo o encargo com a comunidade. Todos os atos do governo e da administração estão acentuados na gestão financeira para usufruir nosso Direito Positivo e chegar-se a uma conclusão.

2.1.7 O Uso e abuso do poder

A Administração Pública deve obediência à Lei em todas as suas manifestações. O poder administrativo dado à autoridade pública tem limites certos e forma legal de utilização, não terá carta branca para arbítrios, violências, perseguições ou favoritismo governamentais.

Com isso Bonavides (2004, p. 106) defende:

O conceito de poder como um elemento essencial constitutivo do Estado e representa sumariamente aquela energia básica que anima a existência de uma comunidade humana num determinado território, conservando-a unida, coesa e solidária.

Há autores que preferem defini-lo como "a faculdade de tomar decisões em nome da coletividade". (ARINO, 1998).

O uso do poder é seguido pelo uso da autoridade, porém ele tem que ser usado sem o abuso do ato administrativo. Abusar deste é empregá-lo fora da lei, sem utilidade pública. Este é um ato ilícito sendo que o uso do poder é lícito, ou seja, o abuso do poder ocorre à autoridade competente ultrapassa os limites suas atribuições e desvia de suas finalidades administrativas.

Conforme Bonavides (2004 p. 112-114): Dentre estes se pode destacar o excesso de poder e desvio de finalidade que estão descritos abaixo:

Excesso de Poder – Ocorre quando a autoridade pratica o ato e vai além do permitido. Esta conduta abusiva do excesso de poder tanto se caracteriza pelo descumprimento frontal da lei quando a autoridade age claramente com competência e também contornando dissimuladamente as limitações da lei, para arrogar-se poderes que não são atribuídos legalmente.

Em contra partida o desvio de finalidade verifica quando a autoridade atua nos limites de sua competência, praticando o ato por motivos ou fins diversos, objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público. O ato praticado com desvio de finalidade é consumado as escondidas ou apresenta disfarçado sob o capuz da legalidade e do interesse público.

Além disso, Bonavides (2004, p. 110) defende ainda o patamar mais alto do poder a Soberania que representa a qualidade de poder supremo que apresenta duas faces distintas: interna e externa.

A Soberania interna significa o império que o Estado tem sobre o território e a população, bem como a superioridade do poder político frente aos demais poderes sociais, que lhes ficam sujeitos, de forma mediata ou imediata e a externa que consiste na manifestação independente do poder do Estado perante outros Estados.

2.1.8 Considerações sobre ética e a moralidade na Administração Pública

Os princípios éticos governam as condutas individuais e coletivas e podem estar baseados em valores culturais, religiosos e, inclusive jurídicos. Sendo certo que os padrões éticos assim estabelecidos, em consequência, podem variar, ou pelo menos ser influenciados pelas mudanças legislativas ou nos valores sociais.

Se, pois, a multidão é ordenada pelo governante ao fim dela, o regime será reto e justo, como aos livres convém. Se, contudo, o governo se ordenar, não ao bem comum da multidão, mas ao bem privado do regente, será injusto e perverso o governo. (AQUINO, 1946).

Para Nivaldo Junior (1991 p.181):

A Ética é, uma criação e uma conquista da sociedade humana. Adotada em maior ou menor grau por todos os grupos, avaliada por legislações as mais diversas. Vai mais além quando diz que o bem e o mal são conceitos criados pelo ser humano e “decorrem da consciência, esta fantástica criação coletiva, da qual cada pessoa é depositária de uma parcela e, ao mesmo tempo, artífice de uma transformação”

Os princípios éticos governam as condutas individuais e coletivas e podem estar baseados em valores culturais, religiosos e, inclusive jurídicos. Sendo certo que os padrões éticos assim estabelecidos, em consequência, podem variar, ou pelo menos ser influenciados pelas mudanças legislativas ou nos valores sociais.

Segundo Souza (2002, p.96), o termo ética, vem sendo usado de “modo ambíguo”: ética vista como um conjunto de princípios que rege ou orienta a ação das pessoas e das sociedades na busca do equilíbrio desta ação e a outra como um conjunto de normas que determinam a conduta das pessoas ou o funcionamento das instituições. O primeiro enfoque é subjetivo. Porém, a explicação da determinação contida no segundo enfoque, é objetiva.

“Ética é o conjunto de atitudes que estabeleçam um compromisso com a libertação do homem de suas amarras psico-sociais, possibilitando-lhe a plena realização”. (BELIZÁRIO, 1996.).

A corrupção que sempre houve, mas que se tornou verdadeira mazela desses tempos globalizantes está se tornando endêmica nos órgãos do poder público. Fomenta, em cada indivíduo, a crença num Estado falido leva a equivocadamente concluir-se pela certeza de impotência do judiciário para solver as querelas entre os cidadãos.

“A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são mais que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta” (VALLS, 1997 p.73). A ética se ocupa das obrigações morais, da responsabilidade e da justiça social. O dever em geral é objeto da ética. A reflexão ética há de partir sempre de um saber espontâneo, i.e., todo homem deve saber que há ações que não devem ser praticadas e outras que têm que ser praticadas. Assim, descobre-se, um conceito-chave, que só existe em ética e em direito, o dever-ser.

Ética (ethikos e ethos) é uma expressão de etimologia grega, cujo significado original designava "o lugar próprio do homem", ou seja, o que é específico do homem, e "uso ou costume".

Segundo Aristóteles (2001, p.91).

O termo inclui a idéia de caráter e disposição. Assim, a ética reflete o caráter do indivíduo e, numa outra dimensão, o caráter da organização do grupo humano.

Sobre a diferença entre Moral e Ética, o professor (VALLS, 1997 p.79), ao discorrer sobre moral e ética, considera que quando se quer enfatizar mais o lado da reflexão pessoal consciente, diz-se moral, ou o lado dos costumes concretos, das tradições das formas de agir de um povo ou de uma civilização, e então se fala da ética.

A palavra ética fica também reservada, ao nível epistemológico, para a disciplina de reflexão filosófica, enquanto se usa em geral a palavra moral para os questionamentos teológicos. Neste sentido, afirma o autor, ninguém estranhe se ouvir dizer, por exemplo, que a ética vem a ser o estudo da moral. A ética se ocupa das obrigações morais, da responsabilidade e da justiça social.

Os princípios éticos governam as condutas individuais e coletivas e podem estar baseados em valores culturais, religiosos e, inclusive jurídicos. Sendo certo que os padrões éticos assim estabelecidos, em consequência, podem variar, ou pelo menos ser influenciados pelas mudanças legislativas ou nos valores sociais.

O autor mexicano (VÁZQUEZ, 2002, p.98) define a ética como: "a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade" e a moral como "o conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada". Considera este autor que a moral não é científica, mas pode ser objeto de uma ciência (a ética), que a investiga.

Para (LADRIÈRE, 1978, p.69) a ética e a moral podem ser utilizadas para representar aspectos diferentes da normatividade de que depende o costume. A moral é o aspecto subjetivo, nela "a norma é a regra da ação enquanto reconhecida interiormente pelo sujeito". A ética é o aspecto objetivo, já que a norma constitui-se em um princípio inspirador dos costumes do grupo social. A moral representa o ponto de vista do indivíduo, e a ética o ponto de vista da cultura.

Ele também faz uma distinção referente à coerção. Conforme o seu entendimento, enquanto a moral traduz um sentimento de dever, a ética designa o apelo inspirador da ação de maneira global sem explicitar o que fazer concretamente. Tanto ética como moral reveste-se de um conteúdo dinâmico, transitório e histórico.

2.2 A estratégia da GESPÚBLICA

Essa estratégia visa acima de tudo abordar a Gestão Pública sob a ótica de um avaliador/examinador e apontar possíveis melhorias que venham sondar o potencial de mudança, de maneira a agregar qualidade aos serviços públicos.

Segundo Caulliraux, Yuri (2004 p.19):

Adota-se o termo gestão para nomear o trabalho de gerenciar as organizações, sem qualquer maior pretensão do que a de assegurar que se contemple, com esta tradução, tanto a dimensão “administrativa” – cuidar do desempenho da organização presente e de seu aperfeiçoamento cotidiano.

E essa Gestão deve se preocupar tanto com a eficiência como com a eficácia das operações. Assim sendo, segundo Lima (2007 p. 4): “Uma gestão com qualidade é uma capacidade para fazer, bem feito e em tempo oportuno, o que deve ser feito. Três elementos importantes estão implícitos nesse conceito de gestão: qualidade, produtividade e missão.”

Por tanto uma Administração Pública que tem qualidade na gestão, é, portanto uma organização que tem capacidade de cumprir sua missão. Fazer o que tem que fazer bem feito e acessível a todos os seus destinatários.

Assim sendo a Administração com foco no cidadão seria a construção de uma administração pública eficiente e que preserva, prioritariamente, os valores democráticos. Nassuno (2000, p.62). Percebeu-se com isso que a Administração Pública voltada para o cidadão pode ser definida, então, como um modelo gerencial cujo objetivo é oferecer serviços públicos de maior qualidade, e assim atender melhor as demandas de seus usuários.

Dentre deste contexto Granjeiro (2003, p. 160) afirma que “qualidade total é o conjunto de idéias e ações que colocam a Qualidade como ponto central das

atividades de uma organização” e “Gestão pela qualidade é a opção de quem administra uma organização visando a Qualidade Total”.

Desta forma, notou-se que os padrões de exigência das pessoas estão sendo alterados constantemente em função do surgimento de novos produtos, serviços e até mesmo pelo modo de vida da Sociedade. As pessoas hoje querem ter suas necessidades e desejos atendidos para que assim estes se sintam motivados. E é daí que surge por parte das empresas e organizações a necessidade de rever seus conceitos de qualidade.

Segundo Granjeiro (2003 p.161):

A organização da GQT é dinâmica e utiliza planejamento estratégico para se alinhar com o futuro. É flexível, para reagir às mudanças da demanda e do ambiente. Em resumo é talhada para o sucesso em um mundo onde a única constante é a mudança contínua.

Portanto atender os 10 (dez) princípios da qualidade Total, total satisfação dos clientes, gerência participativa, desenvolvimento de recursos humanos, constância de propósitos, aperfeiçoamento contínuo, gerência de processos, delegação, disseminação de informações, garantia da qualidade e por último a não aceitação de erros, dissertado por Granjeiro (2003, p. 155-156) é de total importância para uma organização que queira e deseja se adaptar a esta nova filosofia GQT que para os funcionários públicos consiste na busca pelo controle e aperfeiçoamento, de modo contínuo, a fim de obedecer às expectativas dos clientes.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

A política possui grande influência no nosso cotidiano, regendo as leis e o destino de uma sociedade. É a forma de organização do povo e permeia toda a vida de uma sociedade. Tem a haver com o poder, nasce de uma relação que se estabelece entre as pessoas ou grupos de uma sociedade, e para que ninguém exerça o domínio sem que se subordine ao outro, deve haver equilíbrio na relação entre as pessoas. Em todos os contextos a política está presente e é povoada por políticos e políticas.

Segundo Perez (2004 p.224): "Entende-se por políticas públicas a organização sistemática dos motivos fundamentais e dos objetivos que orientam os programas de governo relacionados com a resolução de problemas sociais."

Assim sendo considerou-se as políticas públicas como atividade primacial da Administração pública, uma vez que, possuem atividades típicas de bem estar. Atualmente muitas especulações ainda são levantadas em relação à Política pública, contudo isso é decorrente da falta de planejamento.

Conforme referenciado por Martins (2006 p. 190):

Um dos motivos que leva as falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento, de acordo com algumas escolas ou visões. Uma escola vê o processo de planejamento associado a atividades de elaboração de planos, envolvendo tomada de decisões políticas, reuniões de discussão, mapas detalhados e distribuição de responsabilidade e ao final se gera um plano. Já outra visão de planejamento reconhece a implementação mais ainda enfatiza a elaboração de planos como chave primordial para o sucesso de políticas públicas.

A relação entre estado e sociedade já esteve muito distante da nossa realidade, atualmente se percebeu a influência das pessoas nas decisões políticas, sobretudo ainda há interesse de grupos dominantes prevalecendo em determinadas circunstâncias e isso infelizmente é consequência dos atos dos próprios cidadãos que não se reconhecem nem se responsabilizam por sua cidadania. Um exemplo disso são as eleições, onde o povo se deixa corromper omitindo sua parcela de colaboração social, submetendo-se ao clientelismo, deixando de lado todo um conjunto de programas e serviços existentes para auxiliar a população.

A história das políticas no Brasil ainda é a história da fome e da miséria, um modo perverso de dividir o mundo em dois: Uma parte ostensiva, rica, branca, educada, motorizada, dolarizada. Outra parte imensa na sombra, negra, analfabeta que dar duro todo o dia para sobreviver. E essa realidade ainda pode ser mudada, pois jovens e crianças são o futuro da Nação então devem ser ensinadas desde cedo que o mundo é um só formado por gente de diferentes níveis sociais e culturas distintas.

Devem acabar com essa idéia de que existem dois mundos no mesmo país, na mesma cidade, muito próximos pela geografia e infinitamente distantes como experiência de humanidade.

2.3.1 Origens do Termo Política

No Brasil, desde a Independência, questões de política externa constitucionalmente é atribuição do Poder Executivo, sendo submetidas ao Legislativo (representante do povo) apenas questões fronteiriças e que envolvam cessões de território.

Bonavides (2004, p.410) defende que:

A dimensão política é manifesta quando Paul Scherecker excelentemente afirma que "no domínio político podemos definir a revolução como a mudança ilegal da constituição" ou desde que a constituição é um sistema de normas que estabelece, mas condições de legalidade.

Da história da política externa do Brasil alguns importantes momentos servem de objeto para a reflexão sobre o modo como é feita a política externa e, em particular, sobre sua relação com a sociedade. É notório que a crise política resulta invariavelmente de falhas no sistema do governo exprimindo uma modalidade de descontentamento com a autoridade, uma crise de confiança de um lado e do outro uma vontade resoluta de mudança.

Em suma como defende Bonavides (2004, p. 412) é aceitável o conceito político de revolução como "modificação violenta dos fundamentos jurídicos de um Estado".

Dentro do contexto de política cabe ressaltar a importância das Políticas Públicas que compreendem as decisões de governo em diversas áreas que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. São os atos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou a ausência destas provocam na sociedade.

Como se percebeu esse foi o alvo da pesquisa um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, concebido como uma estratégia que assegure o Direito Humano à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade e que tem no Programa do Leite, uma referência.

Em contra partida Osborne (1995, p.226) defende que:

Estudos já demonstram que os programas dessa natureza produzem os melhores resultados e retornos financeiros quando se investe nas mulheres que mais carência tem desse auxílio, uma vez que, elas passam mais tempo na lista dos beneficiários.

A Assistência Social, com a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, através de uma vigorosa política pública que privilegia a inclusão e emancipação de famílias pobres ou em situação de vulnerabilidade social, com proteção básica e especial, avança com a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, unidade pública estatal, que presta serviços às famílias. É uma nova perspectiva de melhoria da qualidade de vida das famílias que estão em situação de risco.

E estes por sua vez, visam promover um apoio às famílias carentes que necessitam de unidades públicas que prestem serviços como também que disponibilizem a essa massa informações eficientes.

2.4 POLÍTICA SOCIAL

A política social é uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção.

No caso brasileiro, nos discursos oficiais a face que se apresenta das políticas sociais é a da “preocupação” com os direitos humanos (COVRE, 1983).

Segundo Referenciado por Sposati (1986 p.27):

O Brasil, como um dos países ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais.

Assim sendo o Assistencial, como mecanismo presente nas políticas sociais, revela-se ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado (SPOSATI, 1986, p.31).

Em contrapartida, para as classes subalternizadas, as políticas sociais se constituem um espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços que de outra forma lhe são negados. Espaço este de lutas, confrontos e expansão de direitos.

Com isso tornou-se justificável para o Estado selecionar o grau de carência da demanda (financeira, nutricional, física, familiar e etc.).

As políticas sociais devem garantir, no mínimo, a "ilusão do atendimento", ainda que o real sejam "as filas dos excluídos". A construção do "sonho" faz parte da estratégia de coesão social mesmo que na prática esta política continue a introduzir ou manter diferenciações entre segmentos da classe subalternizada. (COVRE, 1978).

Entretanto é importante que sejam feitas avaliações de impacto nos programas sociais para que estes funcionem de maneira eficiente. Quando estas avaliações de resultados são identificadas em termos de Eficiência, a avaliação enfoca a relação entre meios e fins, normalmente atenta à dimensão econômica.

Contudo, Roche (2002, p.37) formula o seguinte conceito para avaliação de impacto: é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações.

Vive-se hoje em uma sociedade complexa, multifacetada, tecida pela velocidade das mudanças e, sobretudo, pelo maior acesso à informação e ao consumo - o que alterou padrões socioculturais e aumentou o grau de incerteza dos indivíduos e das organizações (NOGUEIRA; 1997).

A eficácia e a efetividade nos resultados requeridos da ação assumem, por sua vez, o sentido de um compromisso ético. "A ausência de um centro organizador único nas sociedades ocidentais modernas não diminui a possibilidade de ação, nem de mudança das relações sociais. As ações em potencial são simplesmente relutadas".

Precisamente devido ao caráter descentralizado do sistema social, as ações emancipatórias não precisam concentrar-se na mudança de um centro ou instituição único, que tudo abrange e domina, mas podem ser empreendidas em todos os sistemas e subsistemas, em todas as esferas da sociedade, incluindo a vida cotidiana. Nesse contexto, as ações emancipatórias tornam-se difusas. (HELLER E FEHÉR, 1998:54).

Conforme referenciado por Yazbek, 2002:172:

É bom lembrar que a questão social circunscreve um terreno de disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre os cidadãos na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos, por direitos sociais e pela cidadania.

Inicialmente, os beneficiários diretos da política social, em prática no Brasil, seriam os trabalhadores assalariados. Porém, o Estado, ao garantir à camada necessitada alguns direitos sociais que ele mesmo impôs (através das normas jurídicas), exige que, para tanto, seja efetuada uma contraprestação por parte dos trabalhadores.

Há política nas políticas sociais, há direção e interesses em confronto, seja na perspectiva de "recomposição do sistema de controle dominante, seja direcionada para a alteração/transformação desse sistema com a prevalência dos interesses e demandas dos segmentos alvo da política" (ABREU, 2002:133).

Esclarecendo: a política social, de qualquer forma que seja manifestada, é garantida e efetivada apenas com o custeio dos próprios beneficiários, ou seja, dos trabalhadores assalariados.

No entanto, quando o poder público mantém uma política social como a que se encontra vigente, contrariamente ao que aparenta sua intenção não é a de propiciar uma vida digna à força de trabalho, mas, na realidade, está o Estado incluindo um plus na remuneração do empregado.

Sposati (1986, p.33) diz que "a política social tem sua gênese na relação capital-trabalho, mas não chega a ser só controle ou só salário indireto".

Essa disputa, que nos anos recentes, sob inspiração do ideário neoliberal, configurou um perfil despolitizado e refilantropizado para as políticas sociais brasileiras, no qual a pobreza ocupou o "lugar da não política", onde foi "figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da Filantropia" (TELLES, 1998:15), está mais uma vez colocada.

Outrossim, com a política social implantada pelo Estado e garantida ao trabalhador, torna-se possível à perpetuação deste último, despendendo-se um mínimo em dinheiro pela classe empregadora, possibilitando-se, de efeito, um aumento em sua margem de lucro.

Todo o recurso que é apropriado pelo Estado, quando este visa garantir o bom funcionamento da política social, por ser gerenciado pelo próprio poder público, não se torna necessária e obrigatória à utilização do montante arrecadado em sua totalidade, já que, para dar ensejo às garantias asseguradas ao trabalhador assalariado, objetiva-se um serviço, ao menos, satisfatório.

Com isso Sposati (1986, p.34) afirma que:

É, portanto, na perspectiva de um espaço onde estão presentes forças contraditórias que nos interessa compreender as políticas sociais. Um espaço que pode contribuir para o fortalecimento dos processos organizativos dos setores populares.

Não menos vislumbrante é o vergonhoso fato, e a priori, carregado de obviedade (considerando-se as explanações acima), de que o controle legal do preço da força de trabalho, e a perpetuação da subordinação do trabalhador (ambos os casos mantidos pela política social atual) são custeados, sob o aspecto econômico, por toda a sociedade.

Assim Sposati (1986, p.37) afirma ainda que:

Sendo tal injusta situação a desigualdade, torna-se parte constitutiva da experiência diária de miséria e opressão na vida dessas classes beneficiadas por estes programas onde deve-se articula-las e encoraja-las na conquista de seus direitos e na expressão de seus interesses.

A política e a política social, portanto, apresentam claro e inequívoco conteúdo de classe social, e respondem, em última instância, aos interesses das classes dominantes. Isto não significa que se deve, neste momento histórico, negar uma ou outra – ou ambas. O que é fundamental é o fortalecimento daqueles que se encontram fora dos processos decisórios que se dão, em última instância, no âmbito político. Os espaços políticos já existentes – sindicatos, associações, conselhos – e a busca incessante de criação de novos espaços de participação possa se constituir em um caminho possível de fortalecimento dos indivíduos para que reconheçam sujeito coletivo e imponham mudanças importantes em ambas as políticas, mudanças estas que venham a favorecer a maioria da população.

2.5 PROGRAMA ASSISTENCIALISTA

Os programas assistencialistas do governo possuem contornos definidos e são mais frágeis do ponto de vista da legitimidade, não resolvendo a dificuldade estrutural da desigualdade social.

Antecede a análise da assistência como prática profissional caracterizando-as como instância programática das políticas sociais.

Sposati (1986, p.59) afirma que:

Nas políticas sociais públicas a assistência é considerada pelo Estado como uma área específica de despesa governamental sob diferentes denominações como: assistência social, assistência geral, assistência comunitária, entre outras. Com isso, a assistência social tanto se qualifica como um subprograma de uma política de saúde, habitacional, educacional, como uma área específica da política social.

Segundo Osborne (1995 p.166). O Programa de Assistência Social foi criado para oferecer abrigo temporário aos desempregados.

Contudo o Governo ainda possui falha em seus programas, pois em sua maioria funciona muito bem por pouco tempo. Muitos são os problemas enfrentados que fazem desses programas em sua maioria se tornarem grandes fracassos ou em contra partida se transformam em escândalos públicos. Entre eles pode-se destacar a falta de objetivos definidos e claros e o desvio de recursos federais para funcionamento do programa entre outros.

Estes por sua vez, reiteram as desigualdades sociais, podendo mesmo criar certa dependência nas pessoas que participam desses programas. Com essa relação de dependência o cidadão fica impossibilitado, mesmo de maneira inconsciente, de estabelecer sua cidadania, afundando cada vez mais na improvável inclusão social. São mudanças que encolhem o mundo público e reduzem "a cidadania aos bem sucedidos no empreendimento privado mercantil" (PAOLI, 1999:10).

Contudo "É bom lembrar que a questão social circunscreve um terreno de disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre os cidadãos na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e

serviços socialmente construídos, por direitos sociais e pela cidadania" (YAZBEK, 2002:172).

Em contra partida Sposati (1986, p.59) referencia que:

A Assistência Social, através de seus programas, torna-se assim, o conjunto de práticas que o Estado desenvolve direta ou indiretamente, junto às classes subalternativas, com aparente caráter compensatório das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção.

Assim ainda considera-se um grande risco dos programas assistencialistas do governo é o de reduzir a questão social, puramente na sobrevivência do indivíduo, não promovendo a sua inserção na sociedade, criando cada vez mais a subserviência. Quando a pessoa não cresce, não se promove, ela vai ficando mais pobre. Imaginar cidadania plena em uma sociedade pobre, em que o acesso aos bens e serviços é limitado, seria ilusório.

Em contra partida é fato ainda que certos programas causem essa dependência, contudo cabe-se ressaltar que muitas das vezes também existe uma restrição por parte de alguns em darem oportunidades às pessoas com menor poder aquisitivo ou que não possuem capacitação profissional tornando assim cada vez mais difícil a inclusão destes na sociedade ou no Mercado de Trabalho. Criticar é muito fácil, contudo cada um deve fazer a sua parte, pois o Governo por se só não poderá resolver todos os problemas existentes e acumulativos de governo a governo.

Pois conforme referenciado por Osborne (1995, p.163) "As organizações públicas empreendedoras são organizações em constante processo de aprendizado".

Para Dimenstein (2007, p 10), o cidadão brasileiro desfruta de uma cidadania aparente que ele denomina de cidadania de papel. A verdadeira democracia implica na conquista e efetividade dos direitos sociais, políticos e civis. Se assim não se constituir, a cidadania permanece imóvel no papel. Essa cidadania aparente surge através do desrespeito aos direitos fundamentais do homem, ao não suprir as suas necessidades básicas, camufladas em assistencialismo político. Isso se dá através da desnutrição, do desemprego e da pobreza.

Afirma ainda Yazbek (2002:172) que:

A articulação: trabalho, direitos e proteção social pública que configurou os padrões de regulação sócio estatal do Welfare State, cuja institucionalidade sequer alcançamos, estão em crise que expressa o aprofundamento da cisão entre o econômico e o social, instala desregulações públicas, reitera as desigualdades, confronta práticas igualitárias e constrói uma forma despolitizada de abordagem da questão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos diferentes interesses em jogo nas relações Estado/Sociedade.

O jornalista Gilberto Dimenstein ressalta ainda em seu livro "O cidadão de papel, que o Brasil é um país de contrastes muito grandes. O Brasil, para ele, é uma das maiores economias do planeta e, ao mesmo tempo, um dos lugares mais socialmente injustos para se morar". Nesse livro, é exposto como, apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de todos os modernos códigos legais que regem o nosso país (da Constituição ao Código Civil, do Código Penal ao Código do consumidor, passando por tantos outros).

É necessário que a sociedade tenha conhecimento da verdadeira importância de ser cidadão, para possuir a capacidade de conhecer e perceber os seus direitos e reivindicá-los, no sentido de que o conceito de cidadão saia do papel, e se legitime, através da incorporação da identidade de um indivíduo marcado por suas vitórias, como sujeito construtor e co-autor de uma cidadania democrática.

2.6 ASSISTÊNCIA COMO AÇÃO GOVERNAMENTAL

Os Programas de Governo possuem um papel importante de mudança, porém a Portaria SOF 42, DE 14/04/1999, afirma que o programa é definido por cada governo como resultado de seu planejamento. Assim sendo a política do Governo deve estar bem definida para que seus programas possam estar de acordo com o que foi explícito.

Conforme Osborne (1995, p.32) os Governos que se interessam primordialmente pelo rumo da Sociedade, estão empenhados de forma ativa em modelar suas comunidades, seus estados e nações. Contudo nem todos os Governos possuem essa preocupação, uma vez que, estão em sua maioria ligados com programas que gerem recursos para o Estado deixando de lado a real necessidade da Sociedade, pois eles sim devem ser o alvo do Governo.

Como afirma Valente (2003:23), referindo-se à solidariedade de grandes grupos empresariais (Pão de Açúcar, Nestlé e outros):

A Segurança Alimentar da população não pode ser garantida por meio da solidariedade (...) estas ações devem ser progressivamente assumidas pelo Estado e desenvolvidas dentro da ótica de garantia de direitos e inseridas em um processo emancipatório de construção da cidadania.

Outro ponto crucial a ser relatado diz respeito às estruturas de financiamento dos programas sociais, como demonstrativo da continuidade da intenção do Estado na solução de problemas sociais.

Assim sendo Sposati (1986, p.81) defende que “os investimentos governamentais, além da forte tendência à descontinuidade, terminam representando mais os interesses do capital”. Acrescenta-se ainda que as políticas sociais são em si mesmo espaço para expansão de acumulação do capital.

Pois os programas e os órgãos examinados são aqueles qualificados como executores de programas assistenciais. Os recursos financeiros trabalhados são os qualificados orçamentariamente como destinados à Assistência enquanto área programática. Sposati (1986, p.81)

Ainda a nível Federal, Sposati (1986, p.81) afirma que “O aparato primordial para a assistência social concentra-se no Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Assistência Social e da Fundação Legião Brasileira de Assistência”.

Assim segundo Sposati (1986 p.81):

O Ministério da Previdência e da assistência social, através da secretaria de assistência social (SAS), seria o eixo da coordenação desses órgãos. A esta compete, de acordo com o decreto-lei nº. 76.719 de 3-12-75, em seu art.12, e com a Portaria nº. 316 de 23-12-75, supervisionar a execução da política relativa á prestação de auxílio á pessoas carentes de recursos materiais, educacionais ou culturais e outras medidas de proteção social para cuja concessão não se haja exigido contraprestação direta dos assistidos.

Onda também Segundo Malhoire (2001, p.100), a sua caracterização se dá pela formulação prévia de hipóteses específicas, pré-planejadas e estruturadas como

3 METODOLOGIA

A Metodologia da Pesquisa consiste em todos os procedimentos mercadológicos a serem utilizados na pesquisa, caracteriza-se por possuir características essenciais de formas de conhecimento; suas abordagens, enfocando o planejamento, a apresentação de projetos bem como a elaboração destes embasados na ética profissional.

Segundo Santos (2001 p.66):

A metodologia ou procedimentos são as atividades práticas necessárias para a aquisição dos dados com os quais se desenvolverão os raciocínios previstos nos objetivos específicos, que resultarão em cada parte do trabalho final.

A mesma tem a finalidade de desenvolver as atividades práticas necessárias bem como as descrições de maneira detalhada, os recursos humanos e materiais envolvidos em todo o processo, o universo da pesquisa, além de critérios para seleção da amostra, instrumentos de coleta e métodos de tratamento de dados.

3.1 TIPO DA PESQUISA

A referida pesquisa consiste em uma pesquisa exploratória descritiva que para Beuren (2003, p. 80) “diante da necessidade de definir o delineamento da pesquisa quanto aos objetivos, pode-se enquadrar o trabalho monográfico como uma pesquisa exploratória descritiva ou explicativa”.

Segundo referenciado também por Traviños (1987 APUD BEUREN, 2003, p 81)

O estudo descritivo exige do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, cujo objetivo é conferir e validade científica a pesquisa, ocorrendo o emprego de técnicas estatísticas desde os mais simples até os mais sofisticados.

Onde também Segundo Malhotra (2001, p.108), a sua caracterização se dá pela formulação prévia de hipóteses específicas, pré-planejadas e estruturadas como

também requer necessidades detalhadas de informações. Consiste na descrição de um fenômeno, mediante um estudo realizado em determinado espaço – tempo. Já exploratória estuda-se um fenômeno atual, ainda pouco examinado entre as comunidades.

De acordo com Sâmara; Barros (2002, p.29) “os estudos exploratórios também denominados *desk research*, tem como principal característica a informalidade, a flexibilidade e a criatividade”. As investigações desta natureza objetivam aproximar o pesquisador do fenômeno para que este familiarizar-se com as características e peculiaridades do tema a ser explorado, para assim desvendar obtendo percepções, idéias desconhecidas e inovadoras sobre os mesmos. Subsídios que servirão para descrever os elementos e situações do tema explorado de forma mais precisa.

A análise de caráter exploratória de acordo com Richardson (1999, p.17) visa descobrir as semelhanças entre fenômenos, “os pressupostos teóricos não estão claros, ou são difíceis de encontrar”. Nessa situação, faz-se uma pesquisa não apenas para conhecer o tipo de relação existente, mas, sobretudo para determinar a existência de relação.”

Também, segundo os objetivos da pesquisa, caracteriza-se em estudo de caso e pesquisa de campo ao mesmo tempo, contudo a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Conforme referenciado por Gil (1999, p.73):

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante aos outros tipos de delineamentos considerados.

Para Trujillo (1982, p. 84) a pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que descriminam suficientemente o que deve ser coletado.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo de abrangência desta pesquisa compreendeu especificamente a Coordenadoria de Assistência Social – CODES / SETHAS e a Sub Coordenadora responsável pelo controle dos programas assistencialistas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo Crespo (2000, p.19) “Ao conjunto de entes portadores de, pelo menos, uma característica comum denominamos população estatística ou universo estatístico”. Assim sendo a pesquisa será desenvolvida com duas populações distintas:

População 1 Gestores: Composta pela Coordenadora de Assistência Social e a Sub Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional, 2 (dois) supervisores responsáveis pela fiscalização do Programa e a Equipe de Comissão distribuída em cada posto de distribuição formada aproximadamente por 126 membros.

População 2 Beneficiários: Formada por aproximadamente 17.330 beneficiários em Natal.

A amostra, contudo foi probabilística aleatória com uma estimativa de erro de 7% e confiabilidade de 95% perfazendo um total de 202 questionários aplicados aos beneficiários do Programa (População 2).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados aplicou-se algumas técnicas como: a coleta documental que permite a consulta em documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno pesquisado ocorre, ou depois, e uma pesquisa bibliográfica através de pesquisas em periódicos, sites relacionados ao tema, literatura e revistas setoriais.

Também se utilizou instrumentos de coleta de dados: o questionário não estruturado com perguntas fechadas e abertas dirigidas aos beneficiários do Programa do Leite. Para (LAKATOS, p.89) esse questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas.

Como também uma entrevista do Tipo informal ou aberta, onde houve manifestação de opinião do Setor Público através da Coordenadora de Assistência Social responsável pelo Programa do Leite na SETHAS. Conforme referenciado por

Vergara (2000, p.55) a entrevista informal ou aberta, é quase “uma conversa jogada fora” mais tem um objetivo específico: coletar os dados de que você necessita.

3.4 MÉTODO DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A interpretação e análise dos dados coletados têm como finalidade estabelecer o significado de trabalhar com o material obtido durante o processo de investigação.

Segundo Vergara (2000, p.59), “o tratamento dos dados refere-se aquela seção na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados a coletar, justificando por qual tratamento é adequado aos propósitos do projeto”.

Os dados foram tratados com o uso de Programas como Excel (ferramenta do pacote Microsoft Office) como também a análise será feita através de relatórios e demonstrativos do Programa.

A abordagem mais adequada para a análise dos dados foi a qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo, pois se tratou de um diagnóstico da situação atual, proporcionando a identificação de questões e o entendimento de sua importância. Como também se utilizou de tabelas e gráficos para melhor compreensão.

Neste caso, tentou-se descobrir quantas pessoas faziam parte da pesquisa ou compartilham as mesmas características, ela é especialmente projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam acima de tudo uma análise estatística (SITE ETHOS, 2002).

3.5 CRONOGRAMA DA PESQUISA

ATIVIDADE	MÊS/ANO					
	JUL 2008	AGO 2008	SET 2008	OUT 2008	NOV 2008	DEZ 2008
Encontro com Professor Marcílio						
Formulação do questionário e Entrevista						
Correção do Questionário e Entrevista						
Aplicação do questionário na Zona Oeste e Leste						
Aplicação do questionário na Zona Sul						
Aplicação do questionário na Zona Norte						
Entrevista						
Tabulação dos dados Interpretação dos dados						
Interpretação dos dados Entrevista						
Apresentação Final						

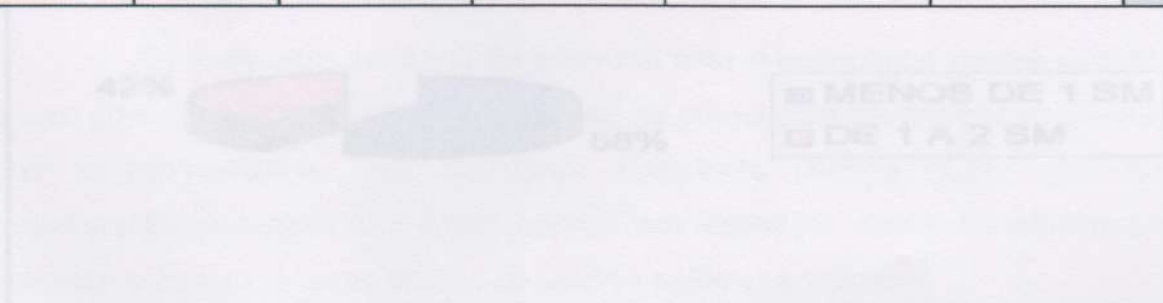


Gráfico 1: Renda Mensal dos Beneficiários

Fonte: Dados de pesquisa realizados em julho e Agosto de 2008.

Esse contexto vai de encontro com o que Sanyal (1988, p.27) defende: O Brasil, como um dos países ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A referida análise deu-se com a descrição dos dados dos beneficiários onde aplicou-se 202 questionários, contudo para melhor compreensão esses dados foram tabulados e aplicados em forma de gráficos, assim realizou-se ainda uma comparação com o referencial teórico e uma análise crítica da respondente como também da entrevista a Sra Jaiane Dantas Coordenadora de Assistência Social – CODES setor responsável pela Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional – Programa do Leite.

4.1 DADOS INFORMATIVOS:

A seguir segue os dados informativos acerca da renda mensal dos beneficiários, grau de escolaridade, faixa etária, estado civil e local de residência dos usuários.

4.1.1 Renda Mensal dos Beneficiários.

Conforme referenciado no gráfico 1 percebeu-se que os beneficiários são em sua maior totalidade pessoas carentes, classificadas por pessoas abaixo da linha da pobreza que sobrevivem mensalmente com um valor inferior a 1 SM com um percentual de questionados referentes a 58%.

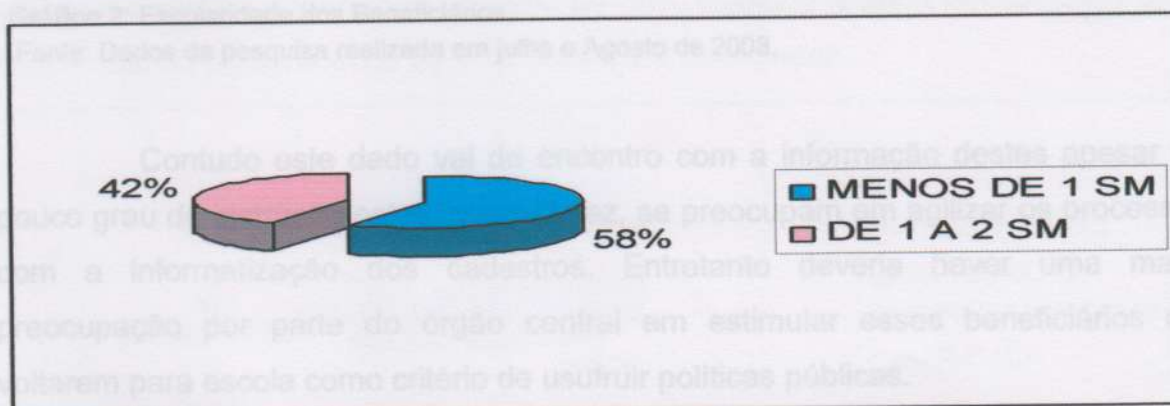


Gráfico 1: Renda Mensal dos Beneficiários

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Esse contexto vai de encontro com o que Sposati (1986, p.27) defende: O Brasil, como um dos países ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, guarda como característica fundamental à convivência de um capitalismo moderno

marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais.

Assim sendo percebe-se que esse dado é igualitário a justificativa da Coordenadora do programa onde a mesma citou que aproximadamente 60% da população vive a margem da sociedade precisando assim ser assistida por programas desenvolvidos pelo Governo do Estado como questão de sobrevivência.

4.1.2 Grau de Escolaridade dos Beneficiários

Com base no gráfico abaixo, que diz respeito, ao grau de escolaridade dos beneficiários, concluiu-se que 43% dos entrevistados possuem um grau de instrução inferior onde à maioria destes possuem apenas o ensino fundamental.

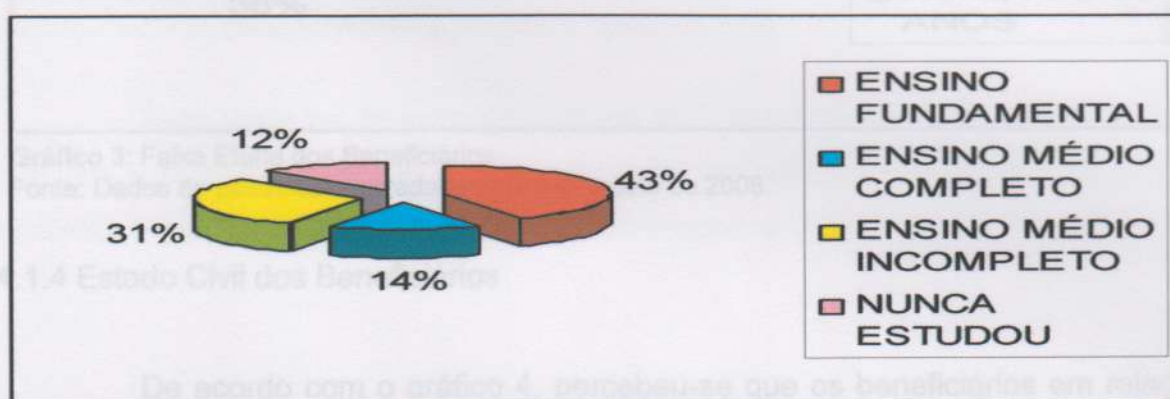


Gráfico 2: Escolaridade dos Beneficiários.

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Contudo este dado vai de encontro com a informação destes apesar do pouco grau de instrução estes, por sua vez, se preocupam em agilizar os processos com a informatização dos cadastros. Entretanto deveria haver uma maior preocupação por parte do órgão central em estimular esses beneficiários em voltarem para escola como critério de usufruir políticas públicas.

Gráfico 4: Estado Civil dos beneficiários

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais.

Assim sendo percebe-se que esse dado é igualitário a justificativa da Coordenadora do programa onde a mesma citou que aproximadamente 60% da população vive a margem da sociedade precisando assim ser assistida por programas desenvolvidos pelo Governo do Estado como questão de sobrevivência.

4.1.2 Grau de Escolaridade dos Beneficiários

Com base no gráfico abaixo, que diz respeito, ao grau de escolaridade dos beneficiários, concluiu-se que 43% dos entrevistados possuem um grau de instrução inferior onde à maioria destes possuem apenas o ensino fundamental.

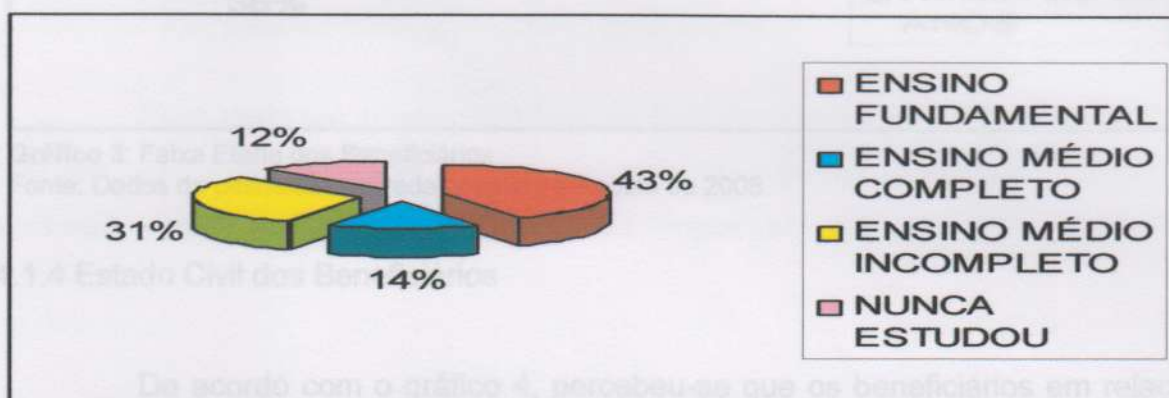


Gráfico 2: Escolaridade dos Beneficiários.

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Contudo este dado vai de encontro com a informação destes apesar do pouco grau de instrução estes, por sua vez, se preocupam em agilizar os processos com a informatização dos cadastros. Entretanto deveria haver uma maior preocupação por parte do órgão central em estimular esses beneficiários em voltarem para escola como critério de usufruir políticas públicas.

4.1.3 Faixa Etária dos Beneficiários

Em relação ao gráfico abaixo, percebeu-se que os percentuais mais relevantes dos beneficiários são 40% e 36% faz-se acreditar que seus usuários são maiorias crianças, jovens e adultos do sexo feminino até 30 anos de idade. Assim Osborne (1995, p.226) defende: Estudos já demonstram que os programas dessa natureza produzem os melhores resultados e retornos financeiros quando se investe nas mulheres que mais carência tem desse auxílio, uma vez que, elas passam mais tempo na lista dos beneficiários.

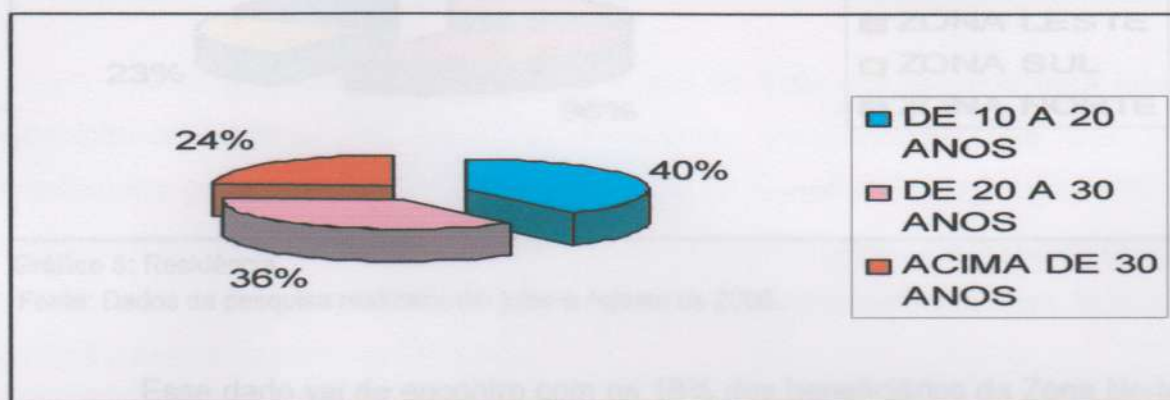


Gráfico 3: Faixa Etária dos Beneficiários

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

4.1.4 Estado Civil dos Beneficiários

De acordo com o gráfico 4, percebeu-se que os beneficiários em relação ao Estado civil se enquadram no perfil de 36% casados ficando em segundo lugar com o mesmo percentual de 23% os solteiros e divorciados.

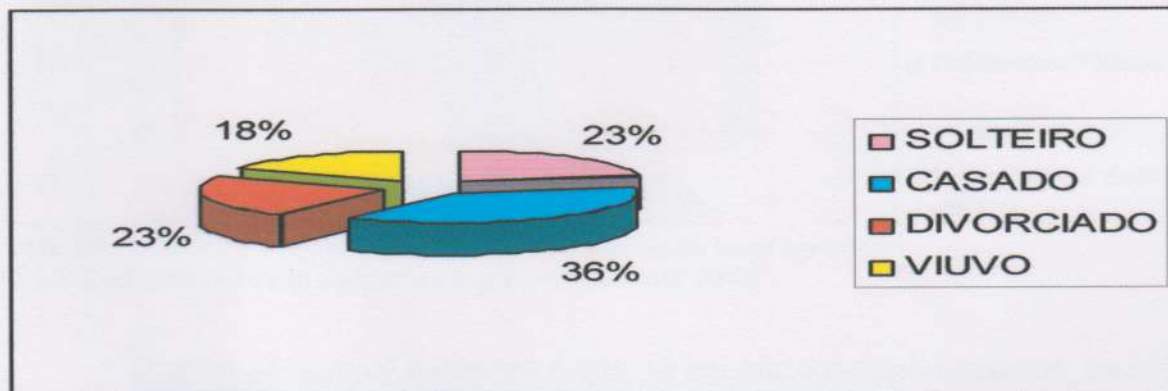


Gráfico 4: Estado Civil dos beneficiários.

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

4.1.5 Local de Residência dos usuários do Programa.

Se referindo ao gráfico 5, que diz respeito, ao local de residência dos beneficiários, percebeu-se que a maior fatia de mercado, ou seja, o maior número de beneficiários encontra-se presente Zona Leste com percentual de 36%.

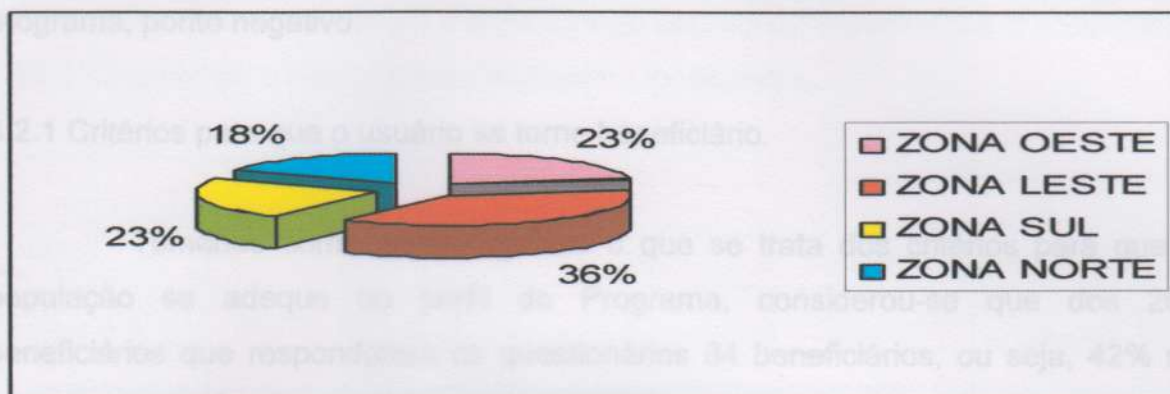


Gráfico 5: Residência

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Esse dado vai de encontro com os 18% dos beneficiários da Zona Norte o que nos leva a crer que não é na maior zona, ou seja, na mais populosa que se encontra o maior número de beneficiários do Programa.



Gráfico 6: Critérios Exibidos para que uma pessoa se torne beneficiária.

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

O outro percentual relevante é que 40 beneficiários questionados, ou seja, cerca de 20% da população possuem crianças desnutridas até os 5 anos de idade.

Dado este que pode ser comprovado com os dados colhidos na entrevista com a Coordenadora do Programa onde a mesma afirmou que quase 50% dos

4.2 DADOS AVALIATIVOS

Nos dados avaliativos foram abordadas informações dos beneficiários no que se refere aos critérios para se enquadrarem no Programa, considerações acerca da localização dos postos, pontualidade na comissão, fatores que ocasionariam melhoria no programa, qualidade do leite, atitude do governo, maior benefício do programa, ponto negativo.

4.2.1 Critérios para que o usuário se torne beneficiário.

Tomando como base o gráfico 6 que se trata dos critérios para que a população se adeque ao perfil do Programa, considerou-se que dos 202 beneficiários que responderam os questionários 84 beneficiários, ou seja, 42% se enquadram em famílias com renda mensal de 1 salário mínimo fazendo com que se acredite que o Programa do Leite é um programa Assistencialista com foco nas famílias vulnerabilizadas pela pobreza.

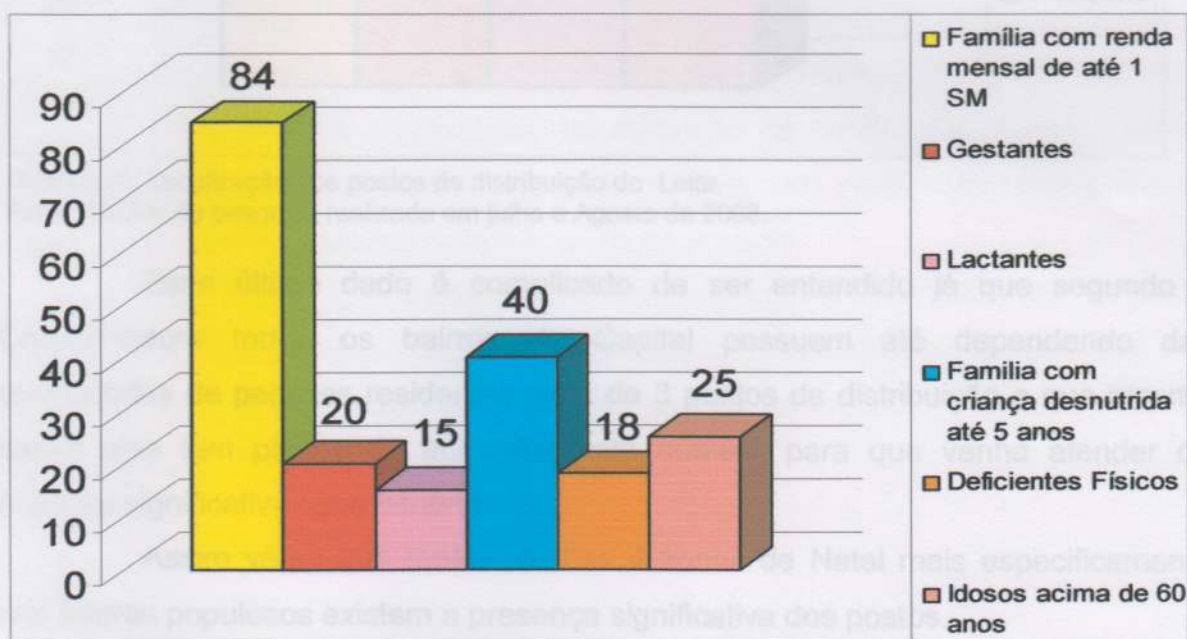


Gráfico 6 : Critérios Estabelecidos para que uma pessoa se torne beneficiária.

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

O outro percentual relevante é que 40 beneficiários questionados, ou seja, cerca de 20% da população possuem crianças desnutridas até os 5 anos de idade.

Dado este que pode ser comprovado com os dados colhidos na entrevista com a Coordenadora do Programa onde a mesma afirmou que quase 50% dos

beneficiários se enquadram no perfil que atende famílias com crianças desnutridas até os 5 anos de idade.

4.2.2 Considerações dos usuários acerca da localização dos postos

Estimou-se que 39% dos entrevistados, dado este que representa 79 beneficiários questionados, consideram o posto com ótima localização e dos 202 beneficiários que responderam o questionário apenas 32 beneficiários o equivalente a 16% consideram o posto com uma péssima localização.

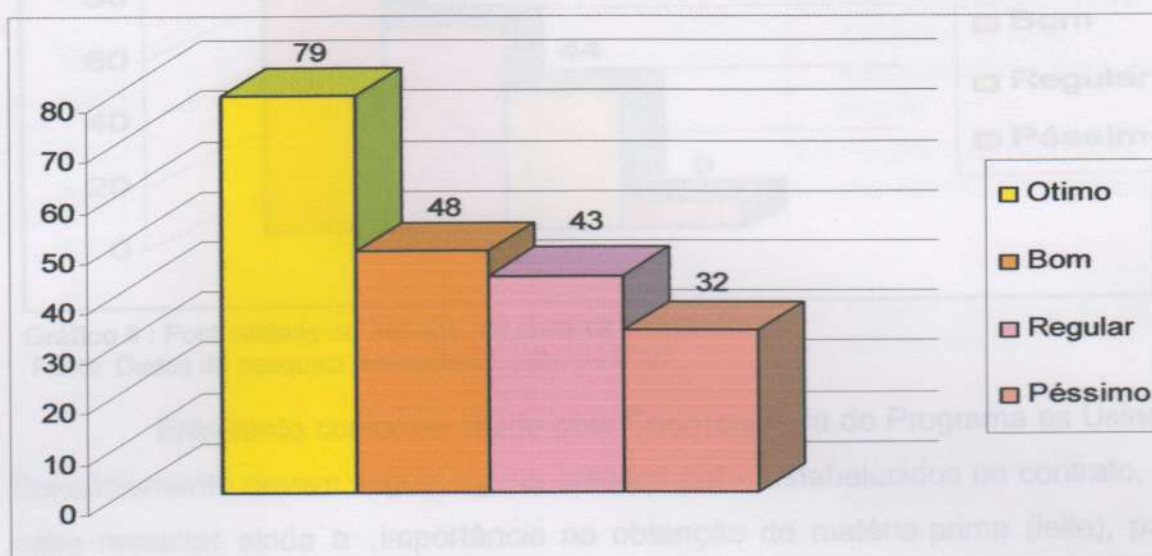


Gráfico 7: Localização dos postos de distribuição do Leite.
Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Esse último dado é complicado de ser entendido já que segundo a Coordenadora todos os bairros da Capital possuem até dependendo das quantidades de pessoas residentes mais de 3 postos de distribuição e que mesmo assim eles tem planos de aumentar este número para que venha atender de maneira significativa seus usuário..

Assim vê-se que realmente nas 4 zonas de Natal mais especificamente nos bairros populosos existem a presença significativa dos postos.

4.2.3 Pontualidade da Comissão na entrega do leite.

Conforme o gráfico 8, percebeu-se que 84 beneficiários, cerca de 42% dos questionados consideram favorável, ou seja, os mesmos estão otimistas com a pontualidade da comissão na entrega do leite.

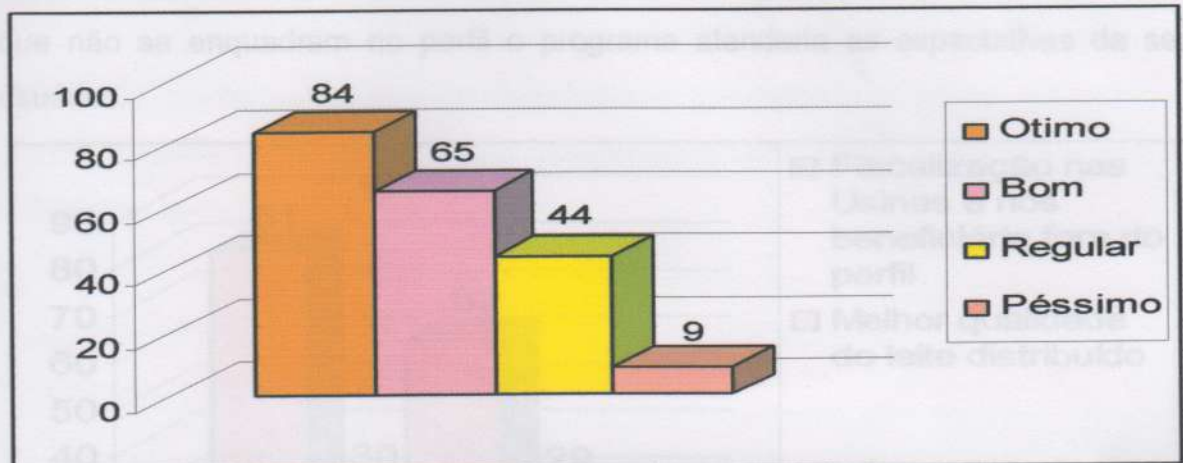


Gráfico 8 : Pontualidade na entrega por parte da Comissão
Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho de 2007

Entretanto conforme citado pela Coordenadora do Programa as Usinas de Beneficiamento devem seguir alguns critérios pré – estabelecidos no contrato, onde cabe ressaltar ainda a importância na obtenção de matéria-prima (leite), para o abastecimento das comunidades aos quais se destinam, respeitando principalmente datas e horários estipulados para a entrega do produto.

Dado este que pode ser confrontado com a estimativa de apenas 9 beneficiários considerarem negativa a pontualidade da comissão, quantidade esta, por sua vez, insignificante ao levarmos em consideração o universo de 202 beneficiários.

4.2.4 Fatores que ocasionariam melhoria no Programa

Em relação aos critérios levados em consideração pelos beneficiários à cerca de possíveis melhorias para o programa percebeu-se que 40% responderam que se houvesse uma fiscalização nas usinas para melhoria da qualidade do leite como também realizar levantamentos dos beneficiários que recebem o leite mais que não se enquadram no perfil o programa atenderia as expectativas de seus usuários.

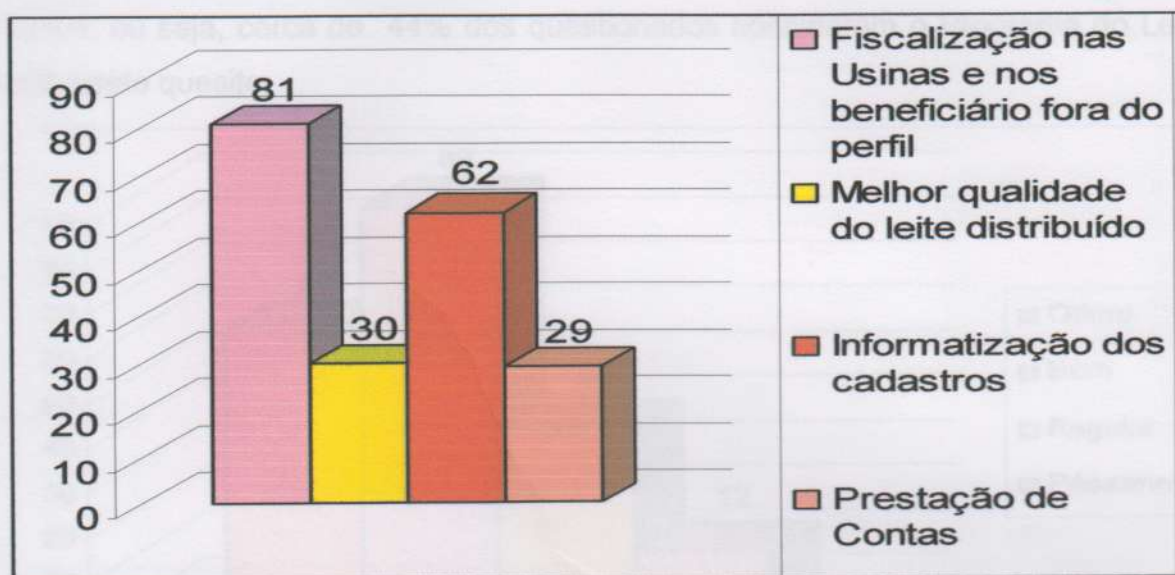


Gráfico 9: Melhoria do Programa

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Um ponto importante a ser ressaltado é o interesse destes em agilizar os processos através da informatização dos cadastros onde foi citado por 31% dos beneficiários, onde segundo a coordenadoria do programa já houve um planejamento para a informatização dos cadastros, contudo este por sua vez ainda não foi implantado e este processo envolve o órgão central (SETHAS), beneficiários, produtores, e usinas de beneficiamento então espera-se a boa vontade na implantação do Programa pois planejamento sem ação de nada serve.

Cabe-se ressaltar também a falta de conhecimento e até mesmo de dever por parte do Estado na Prestação de Contas que é um direito dos cidadãos mais que estes não estão preocupados em cobrá-los sendo citados apenas por uma pequena fatia do universo de amostra cerca de 14% dos beneficiários.

Diante desse contexto, Cavalcanti (2005, p.268) defende o Poder como forma de dever de agir representando por parte do agente o dever de agir em prol da comunidade para seus interesses deixando de praticar o seu dever funcional.

4.2.5 Qualidade do leite

Conforme dados colhidos no gráfico 10 com relação a qualidade do leite distribuído, percebeu-se que 89 beneficiários presentes em zonas diferentes da capital, ou seja, cerca de 44% dos questionados consideram o Programa do Leite Bom neste quesito.

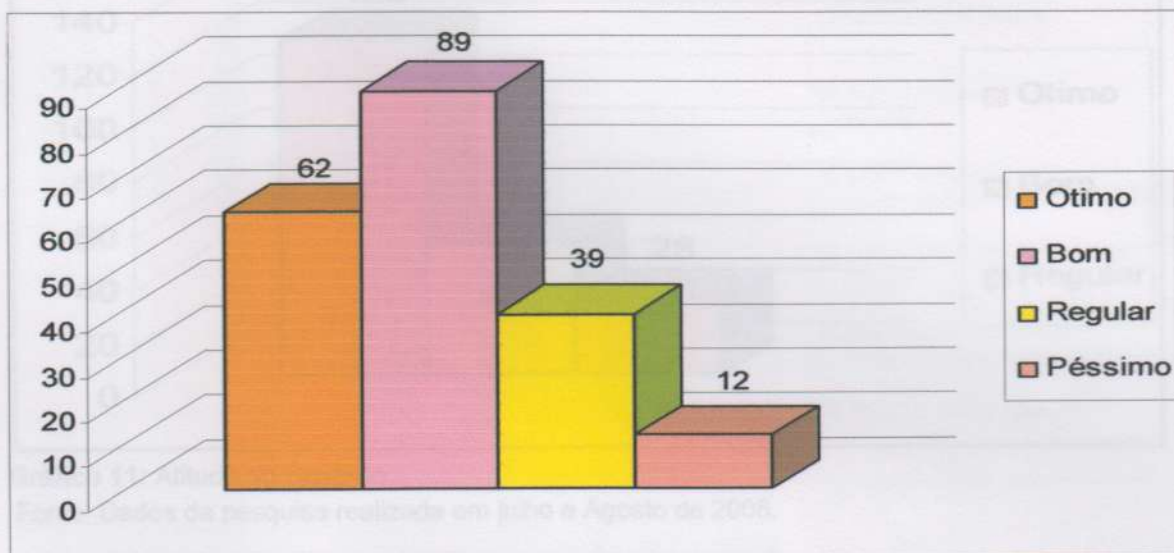


Gráfico 10 : Qualidade do Leite

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Isto mostra-se que apesar de grandes escândalos surgidos com relação a qualidade, onde muitos relatavam que o leite era referente a água sem muita consistência, pode-se perceber que por um lado os gestores se preocuparam com esta questão e atualmente há uma presença significativa da Lacen Laboratório responsável pelo acompanhamento da qualidade do leite distribuído pelo Programa, ou em contra partida estas pessoas estão conformadas com os Programas Assistencialistas oferecidos pelo Governo.

Contudo este quesito deveria ser tratado com uma maior preocupação destes gestores pelo montante investido de 72 milhões de reais do Governo Estadual e ainda 6 milhões do Governo Federal conforme referenciado pela Coordenadora da Codes.

Entretanto ainda não se sabe, qual o acordo firmado entre os dois poderes, pois estes 6 milhões encontra-se preso nos cofres públicos desde 2005.

4.2.6 Atitude do Governo com o retorno do Programa

O Programa do Leite como política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional, passou uma Gestão política sem que seus gestores colocassem em uso o programa para a população.

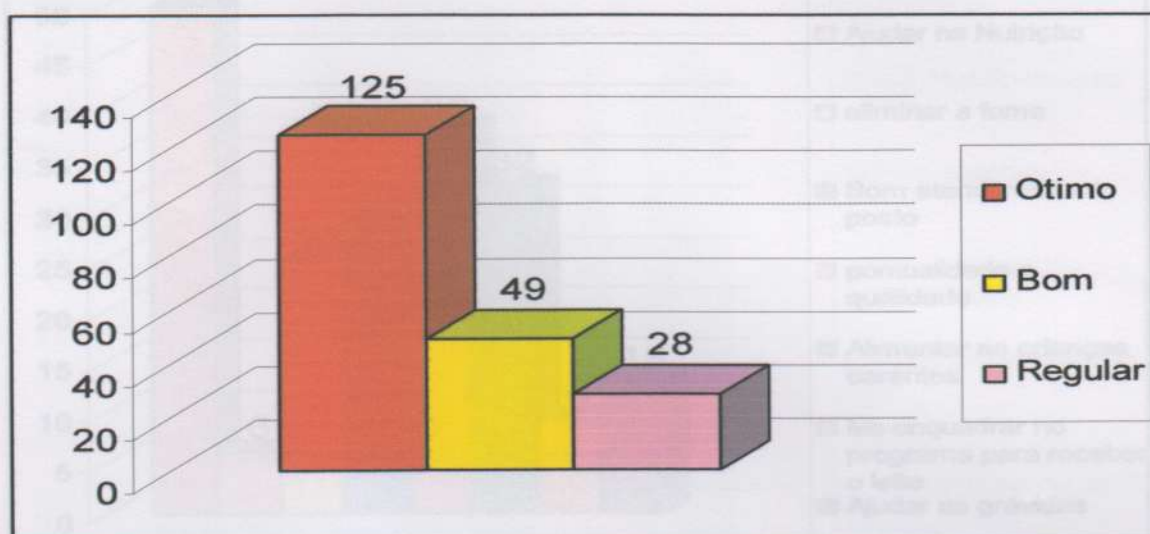


Gráfico 11: Atitude do Governo

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Contudo pôde-se perceber que este fator foi relevante para os seus usuários, pois 125 beneficiários questionados, ou seja, cerca de 62% viram a importância e o benefício do retorno do Programa onde estes consideraram otimista esta atitude já que o Programa do Leite tem sido uma das políticas públicas mais importantes implantada pelo Governo.

Há uma satisfação muito grande por parte da Coordenadora, onde a mesma citou na entrevista este otimismo, pois relatou que apesar de críticas e denúncias o lado bom também é falado onde muitos beneficiários agradecem por serem usuários e por poderem ajudar no sustento e na nutrição de seus filhos.

4.2.7 Benefícios do Programa do Leite

Observando-se o gráfico 12, percebe-se que 8 variáveis foram citadas como maior benefício do Programa, assim cada beneficiário possui um ponto de vista que deve ser levado em consideração. Contudo o maior benefício do Programa citado por 50 beneficiários, o equivalente a 26 % dos questionados seria alimentar as crianças desnutridas auxiliando assim na alimentação destes.

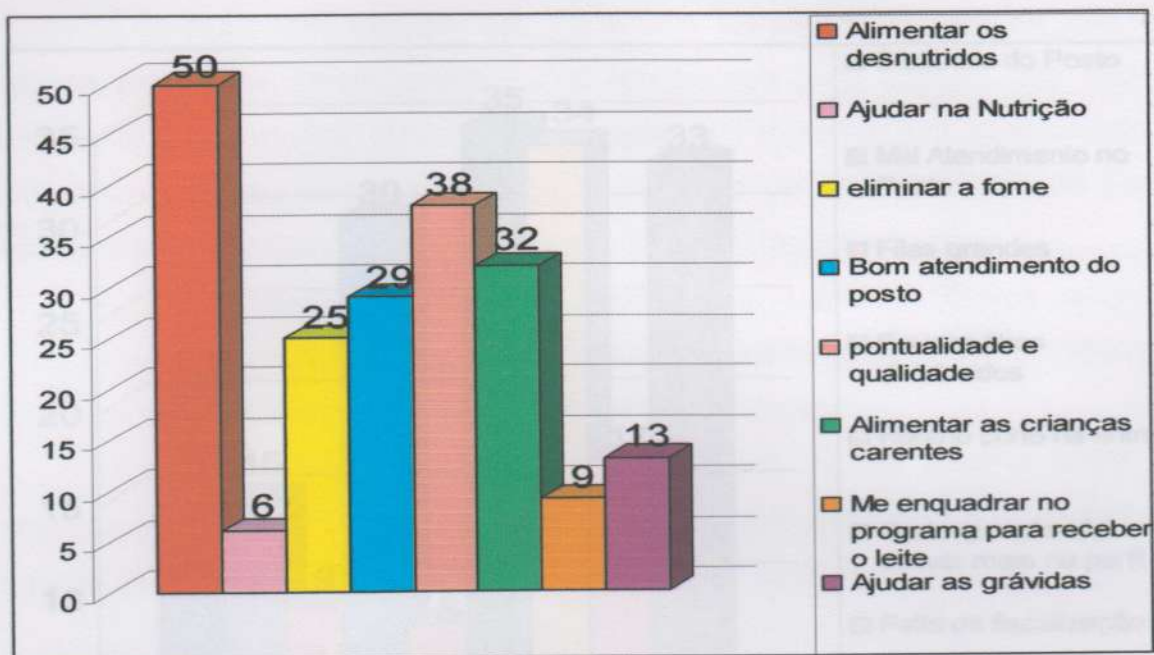


Gráfico 12: Benefício do Programa do Leite

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Entretanto sabe-se que isso é uma obrigação do governo onde situações como estas não deveriam existir. Por isso Sposati (1986, p.37) afirma que: tal injusta situação a desigualdade, torna-se parte constitutiva da experiência diária de miséria e opressão na vida dessas classes beneficiadas por estes programas onde deve-se articulá-las e encorajá-las na conquista de seus direitos e na expressão de seus interesses.

Levando em consideração a entrevista realizada com a Coordenadora do Programa um benefício oferecido por este consiste ainda em reduzir as carências nutricionais, contudo um benefício para a economia do Estado que não foi relatado pelos beneficiários talvez pela falta de conhecimento é o incremento da atividade pecuária e a melhoria do rebanho como também da produtividade da cadeia leiteira do Estado gerando assim renda ao homem do campo.

4.2.8 Ponto negativo existente no Programa

Tomando como base o gráfico abaixo, percebeu-se a necessidade e a dependência destas pessoas acerca dos Programas Assistencialistas, uma vez que, os pontos negativos citados pelos beneficiários são irrelevantes ao considerarmos as falhas de uma Política Pública Social e até mesmo os desvios existentes de verbas para o seu funcionamento.

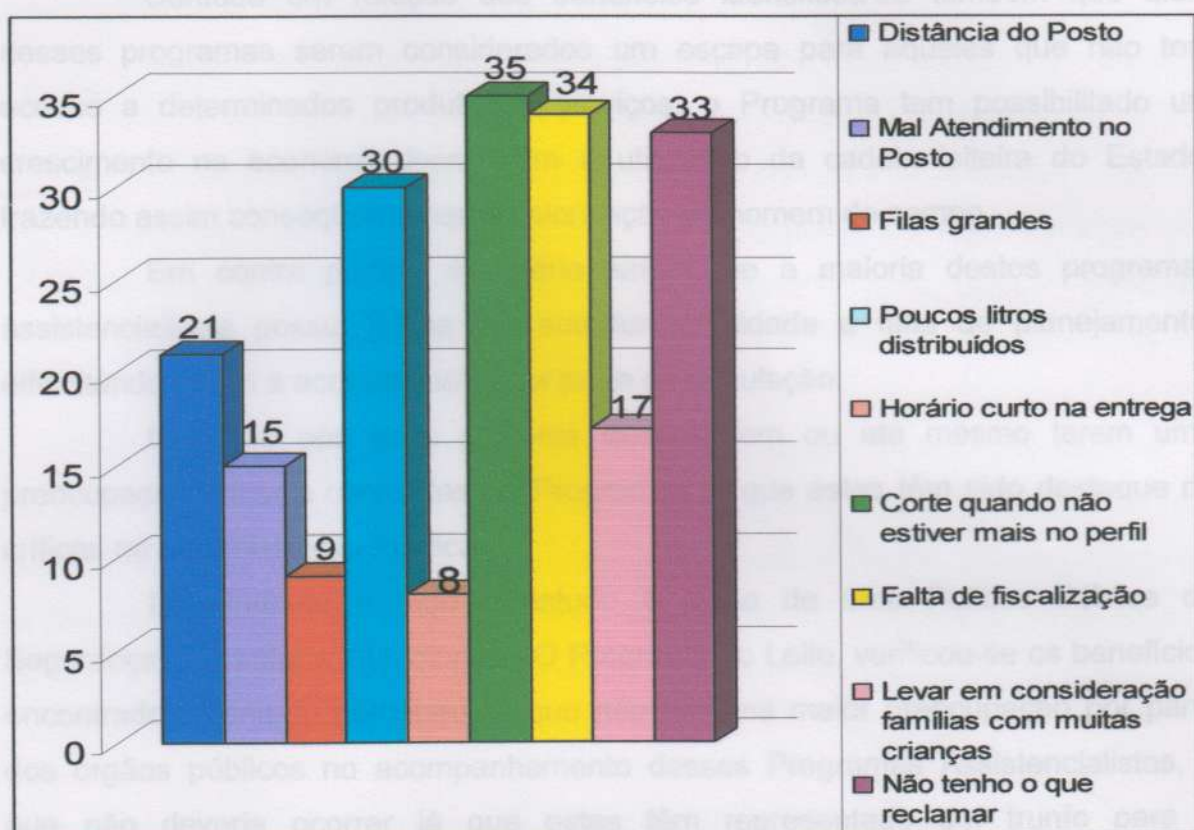


Gráfico 13 : Ponto Negativo do Programa do Leite

Fonte: Dados da pesquisa realizada em julho e Agosto de 2008.

Pois dos 8 (oito) itens citados apenas 18% levou em consideração a inexistência de fiscalização. Entretanto Paoli (1999, p.10) defende que estes programas assistencialistas, por sua vez, reiteram as desigualdades sociais, podendo mesmo criar certa dependência nas pessoas que participam desses programas.

Com essa relação de dependência o cidadão fica impossibilitado, mesmo de maneira inconsciente, de estabelecer sua cidadania, afundando cada vez mais na improvável inclusão social.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Mediante o estudo realizado, conclui-se que, apesar do assistencialismo ser um tema bastante discutido e criticado por causar dependências em seus usuários, esse programa tem beneficiado e favorecido de maneira positiva, como também, minimizado às carências nutricionais da população menos favorecida e vulnerabilizadas pela pobreza.

Contudo em relação aos benefícios identificou-se também que além desses programas serem considerados um escape para aqueles que não tem acesso a determinados produtos e serviços, o Programa tem possibilitado um crescimento na economia local, com a utilização da cadeia leiteira do Estado, trazendo assim conseqüentemente valorização ao homem do campo.

Em contra partida é notório ainda que a maioria destes programas assistencialistas possui falhas em sua funcionalidade e falta de planejamento, dificultando assim a acessibilidade por parte da população.

Cabendo aos seus gestores despertarem ou até mesmo terem uma preocupação maior à cerca desses Programas já que estes têm sido destaque de críticas na Administração Pública.

Referindo-se a todo o estudo a cerca de uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional – O Programa do Leite, verificou-se os benefícios encontrados, contudo percebeu-se que não há uma maior preocupação por parte dos órgãos públicos no acompanhamento desses Programas Assistencialistas, o que não deveria ocorrer já que estes têm representado um trunfo para a Administração Pública.

Em relação às dependências causadas por estes, verificou-se que muitos dos beneficiários não possuem meios para o sustento familiar pela falta de oportunidade oferecida a estes então por isso que esses usuários necessitam tanto de um Programa desse porte. Contudo muito ainda deve ser feito para que estes se tornem modelo, assim sugere-se algumas recomendações ou alternativas para propiciar um avanço ou melhoria nesse Programa:

- Acompanhamento nos postos de distribuição, pois com a falta dos beneficiários os responsáveis pela entrega ficam com os leites disponíveis;
- Padronização no atendimento pelos postos de distribuição;

- Implantação da Informatização dos cadastros, pois haverá maior agilidade no processo;
- Fiscalização junto ao Lacen, laboratório responsável pela qualidade do Leite;
- Fiscalização dos beneficiários para que se enquadrem no perfil estabelecido pelo Programa;
- Aplicação do investimento de maneira transparente para que a população possa ter conhecimento;
- Facilitar o acesso a população de informações a cerca de direitos e deveres com a utilização de cartilhas informativas;
- Disponibilizar aos usuários um espaço para críticas e sugestões;
- Realizar freqüentemente reuniões com os beneficiários, representantes dos postos e com a Coordenadora do programa para discutir possíveis problemas existentes.

Assim sendo, estas recomendações serão todas transmitidas a Coordenadora do Programa para possível implantação e melhoria, espera-se que haja uma posição por parte dos gestores públicos, pois estes programas assistencialistas são considerados benefícios para os usuários e para toda a população de baixa renda que precisa desse Assistencialismo.

DANIELA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos de Direito Administrativo, 3ª Ed. São Paulo: Malheiros.

BEURON, Ilse Maria. Et al. Como elaborar trabalhos monográficos: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. Rio de Janeiro: São Paulo: Malheiros, 2005.

BRASIL, Decreto Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1999.

CAETANO, Marcelo. **Princípios de Direito Administrativo**. Forense, 1977.

ABREU, Klaine Leine de. **Psicologia ciência e Profissão**, QualityMark, 2002.

CAULLIRAUX, KYURI, M. **Gestão Pública e Reforma administrativa**. Rio de

ALBERTON, José Galvani. **Reparação de danos ao erário: idoneidade da Ação Civil Pública e legitimação ativa do Ministério Público**, site <http://www.acmp.org.br/trabalhos/doc/46.phtml>.

1997. Porto Alegre: Sagra – D.C.

1997.

ANÁLISE ESTATÍSTICA. Disponível em : < <http://www.ethos.com.br>. Acessado em: 28 set.2008

São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

1999.

Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Brasília,

ARINO, Afonso. Repúdio ao atentado da Rua Toneleros. In: _____Grandes momentos do Parlamentarismo brasileiro. Brasília, DF: Senado Federal, 1998 1 CD – ROM.

Senado Federal, 7ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. Mário Gama Kury. 4 ed. Brasília: UNB, 2001.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Elementos de Direito Administrativo**, 3ª Ed, São Paulo:Malheiros.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito regulatório: temas polêmicos**. Belo

BEUREN, Ilse Maria. Et al. **Como elaborar trabalhos monográficos: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMENSTEIN, Gilberto. *Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã*. Ed. Ática:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito Constitucional**.São Paulo: Malheiros, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. Rio de janeiro: São Paulo: Malheiros, 2005.

1997.

BRASIL, Decreto Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**. São Paulo:

Atlas, 2002.

CAETANO, Marcelo. **Princípios Fundamentais do Direito Administrativo**, Forense, 1977.

CAULLIRAUX, h.YURI, M. **Gestão Pública e Reforma administrativa**. Rio de Janeiro:Lucerna. 2004.

CAVALCANTI, Ascendino. **Criminalística Básica**. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto, 2005.

CERQUINHO, Maria Cuervo Silva e Vaz. **O desvio de poder no ato administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Brasília, 22 de junho de 1994.

Constituição Federal, 7ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

COVRE,Maria de L. M. **A formação ideológica do Administrador**. Petrópolis: Vozes, 1983.

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística Fácil**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito regulatório**: temas polêmicos. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

DOMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã**. Ed. Ática: São Paulo, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**. São Paulo: Atlas,2002.

DUEZ, Paul. 1927. p. 7. *Apud* STOCO, Rui. *Op. cit.*, p. 48.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3 ed.. São Paulo; Atlas, 1991.

GRANJEIRO, J. Wilson. **Administração Pública**. ed. Vestcon, 2003 Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo/ organizadores Paulo Emílio Matos Martins, Octavio Penna Pieranti – Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

HELLER, A e FEHÉR, F. **A Condição Política Pós - Moderna**, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1998.

JUNIOR. Nivaldo Montigelli. **A Bioética: O código de ética profissional**. 3º Período, 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

LADRIÈRE, Jean. **Filosofia e Práxis científica**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Tipos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão pública: a trajetória e a estratégia do Gespública**, Rio de Janeiro: qualitymark, 2007.

MALHOTRA. Walter. **Qualidade no serviço público**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. **Transparência Administrativa**: Publicidade, motivação e participação popular, São Paulo:Saraiva,2004

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. Malheiros Editores. 27º ed.cap. II Administração Pública. São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**, 8ª ed., São Paulo : Malheiros, 1996. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Nilza, Memória Judiciária, **Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**, Porto Velho, 1999.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo . **Moralidade Administrativa: do Conceito à Efetivação**. In: *Revista de Direito Administrativo* - 190. Rio de Janeiro: Renovar. Out./dez., 1992.

SOUZA, T. M. de. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, 1998.
NASSUNO. **Administração Pública Gerencial**: a reforma de 1995. Brasília: unb/enap, 1999.

SPOSITO, Alana de Oliveira. *A Assessoria na Trajetória das Políticas Públicas*.
Nogueira, R.P. **Perspectivas da Qualidade no Setor Público**. Rio de Janeiro, QualityMark, 1997.

STOCO, Rui. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial*. 3. ed.
OSBORNE, David; GAEBELER, Ted. **Reinventando o Governo**. 7.Ed. Brasília: nhm Comunicação, 1995.

TAMÉZ, Carlos André Silva; PRADO, Leandro Cadenas. *Ética na Administração*.
PAOLI. Maria Célia. **Responsabilidade Social**: os enredamentos da cidadania no Brasil. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro:1999.

TELLES, Antonio A. Queiroz. *Regime Jurídico*. São Paulo, editora Revista dos
PEREZ. Marcos Augusto. **A Administração Pública Democrática**: Instituto de participação popular na administração pública. Belo Horizonte.Fórum, 2004.

TRIVINHO, Augusto Nivaldo da Silva. *Introdução à pesquisa em ciências*.
Revista Desafio, São Paulo, abr.1996

RICHARDSON, Roberto. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VALLS, Álvaro L. M. *Ética na Contemporaneidade*. UFRGS/Secretaria Municipal

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, Carlos de. **Pesquisa de Marketing**: conceito e metodologia. 3 ed. São Paulo: Afiliada, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em administração*.

SANCHES VÁSQUEZ, Adolf. **Ética**. 23ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

YAZBEK, M. C. *Assistência Social e Filantropia*. In CARVALHO, D. B. B. et al

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 4 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

SOUZA, T. M. de. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 159-162, jan./fev. 2002.

IX Congresso Brasileiro de Direito Tributário, in *Revista de Direito Tributário*, São Paulo: Malheiros, 1998.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A Assistência na Trajetória das Políticas Públicas Sociais Brasileiras**. 2ed. São Paulo; Cortez Editora, 1986.

STOCO, Rui. **Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. P. 47.

TAMÉZ, Carlos André Silva; PRADO, Leandro Cadenas. **Ética na Administração Pública**. 3º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

TELLES, Antonio A. Queiroz. **Regime Jurídico**. São Paulo, editora Revista dos Tribunais, 1998.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo; Atlas, 1987.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

VALENTE João. **O poder dos grupos empresariais**. São Paulo: Atlas, 2003.

VALLS, Álvaro L. M. **Ética na Contemporaneidade**. UFRGS/Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, 28 de julho de 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em administração**, São Paulo: Atlas, 2000.

YAZBEK, M. C. **Assistência Social e Filantropia**. In CARVALHO, D. B. B. et al. **Novos Paradigmas da Política Social**. Brasília: UNB, Departamento de Serviço Social, 2002.

WEIDA, zancaner, **O Princípio da Moralidade Pública e o Direito Tributário, conferência proferida no IX Congresso Brasileiro de Direito Tributário**, in Revista de Direito Tributário, São Paulo: Malheiros, 1998.

APÊNDICE I: ROTEIRO DA ENTREVISTA

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE - FARN
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

Orientanda: Gabriella Lucena Vasco

Orientador (a): Prof.ª Msc. Karina de Oliveira Costa Bezerra

Roteiro de Entrevista – Aberta e Informal

Com a finalidade de coletar informações para o desenvolvimento do trabalho de produção do curso de Administração e Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), a aluna Gabriella Lucena Vasco, através da presente entrevista, visa obter informações sobre o Programa do Leite. Sua contribuição será fundamental para o sucesso das pesquisas realizadas sobre o referido tema.

APÊNDICES

DADOS INFORMATIVOS

1- Identificação do Perfil dos Gestores do programa

a) Nome

b) Há quanto tempo trabalha no serviço público?

c) Idade?

d) Formação acadêmica?

DADOS AVALIATIVOS

2- Qual a importância do programa para sociedade quanto a:

a) Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional

b) Programa de Governo destinado à classe C e D

APÊNDICE 1 : ROTEIRO DA ENTREVISTA



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE - FARN
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING**



Orientanda: Gabriella Lucena Vasco.

Orientador (a): Prof^a. Msc. Karina de Oliveira Costa Bezerra.

Roteiro de Entrevista – Aberta e Informal

Com a finalidade de coletar informações para o desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso de Administração e Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN, a aluna Gabriella Lucena Vasco, através da presente entrevista visa obter informações sobre o Programa do Leite. Sua contribuição será fundamental para o avanço das pesquisas realizadas sobre o referido tema.

DADOS INFORMATIVOS

1 - Identificação do Perfil dos Gestores do programa:

- a) Idade:
- b) Há quanto tempo trabalha no serviço público?
- c) função?
- d) Formação acadêmica?

DADOS AVALIATIVOS

2- Qual a importância do programa para sociedade quanto á:

- a) Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional
- b) Programa de Governo destinado à classe C e D

c) Investimento Federal e dados quantitativos de distribuição

3- Motivos que levaram o órgão institucional a implantar o programa:

4- De que forma há fiscalização no Programa?

5- Quais as metas estabelecidas a curto prazo para o aprimoramento do Programa?

6 – Como é feita a seleção para o beneficiário ser contemplado com o Programa?

7 – Quais as principais dificuldades para implementação do programa?

1. Dados Informativos (Perfil dos Beneficiários e Gestores que lidam com o programa).

a) Renda

a1 () Menos de 1 salário mínimo

a2 () de 1 a 3 salários mínimos

a3 () de 3 a 5 salários mínimos

a4 () Mais de 5 salários mínimos

b) Escolaridade

b1 () Ensino Fundamental

b2 () Ensino Médio Incompleto

b3 () Ensino médio Completo

b4 () Ensino Superior

c) Idade

c1 () de 0 a 10 anos de idade

c2 () de 10 a 20 anos de idade

c3 () de 20 a 30 anos de idade

c4 () acima de 30 anos de idade

d) Residência

d1 () Zona Norte

d2 () Zona Leste

d3 () Zona Oeste

d4 () Zona Sul

Dados Avaliativos (Perfil pré estabelecido para que o usuário se torne beneficiário).

2. Em qual dessas opções abaixo você se enquadra.

a) () Família com renda mensal de até 1 salário mínimo, contendo criança com mais de 6 meses e menos de 3 anos.

b) () Famílias com comprovação de criança desnutrida com menos de 5 anos de idade.

c) () Gestantes ou lactantes com renda de até 1 salário mínimo

d) () Deficientes Incapazes de Prover o seu próprio sustento e ou idosos acima de 60 anos.

APÊNDICE 2 : QUESTIONÁRIO



LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE - FARN
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING
Orientando: Gabriella Lucena Vasco

QUESTIONÁRIOOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DO LEITE PARA A SOCIEDADE POTIGUAR**1. Dados informativos (Perfil dos Beneficiários e Gestores que lidam com o programa).****a) Renda**

- a1 () Menos de 1 salário mínimo
a3 () de 3 a 5 salários mínimos

- a2 () de 1 a 3 salários mínimos
a4 () Mais de 5 salários mínimos

b) Escolaridade

- b1 () Ensino Fundamental
b3 () Ensino médio Completo

- b2 () Ensino Médio Incompleto
b4 () Ensino Superior

c) Idade

- c1 () de 0 a 10 anos de Idade
c3 () de 20 a 30 anos de Idade

- c2 () de 10 a 20 anos de Idade
c4 () Acima de 30 anos de Idade

d) Residência

- d1 () Zona Norte
d3 () Zona Oeste

- d2 () Zona Leste
d4 () Zona Sul

Dados Avaliativos (Perfil pré estabelecido para que o usuário se torne beneficiário).**2. Em qual dessas opções abaixo você se enquadra.**

- a) () Família com renda mensal de até 1 salário mínimo, contendo criança com mais de 6 meses e menos de 3 anos.
- b) () Famílias com comprovação de criança desnutrida com menos de 5 anos de idade.
- c) () Gestantes ou lactantes com renda de até 1 salário mínimo
- d) () Deficientes Incapazes de Prover o seu próprio sustento e ou idosos acima de 60 anos.

Dados Avaliativos (Nível de Aceitação do Programa do Leite)

3. Em relação às alternativas abaixo, classifique:

a) Localização do Posto de Distribuição

a1(☐) Bom a2(☐) Ótimo a3 (☐) Regular a4 (☐) Péssimo

b) Dados Informativos (Pontualidade, Comissão..)

b1(☐) Bom b2(☐) Ótimo b3 (☐) Regular b4 (☐) Péssimo

c) Qualidade do Leite

c1(☐) Bom c2(☐) Ótimo c3 (☐) Regular c4 (☐) Péssimo

d) Iniciativa do Governo com o retorno do Programa

d1(☐) Bom d2(☐) Ótimo d3 (☐) Regular d4 (☐) Péssimo

Dados Informativos (Alternativas que contribuam para melhoria do Programa)

4. Qual das opções abaixo você considera importante e necessária para que haja uma melhora significativa no Programa

- a) (☐) Melhor qualidade no produto oferecido.
- b) (☐) Fiscalização intensiva tanto nas usinas como nos beneficiários que não se enquadram no perfil
- c) (☐) Informatização dos cadastros dos beneficiários.
- d) (☐) Prestação de contas para averiguar os objetivos do Programa como também indicadores para conhecimento de aceitação.

5. Cite Dois pontos positivos e dois negativos em relação ao Programa do Leite.

APENDICE 3 : TABULAÇÃO DOS DADOS

Tabela 1: Critérios para se tornar beneficiário

CRITÉRIOS PARA A FAMILIA SE TORNAR BENEFICIÁRIA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Família com renda mensal de até 1 SM	84	42%
Gestantes	20	10%
Lactantes	15	7%
Família com criança desnutrida até 5 anos	40	20%
Deficientes Físicos	18	9%
Idosos acima de 60 anos	25	12%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008).

Tabela 2: Localização do Posto

LOCALIZAÇÃO DO POSTO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Ótimo	79	39%
Bom	48	24%
Regular	43	21%
Péssimo	32	16%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008).

Tabela 3 : Pontualidade da Comissão

PONTUALIDADE DA COMISSÃO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Ótimo	84	42%
Bom	65	32%
Regular	44	22%
Péssimo	9	4%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2007).

Tabela 4 : Qualidade do Leite

QUALIDADE DO LEITE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Ótimo	62	31%
Bom	89	44%
Regular	39	19%
Péssimo	12	6%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008).

Tabela : 5 Atitude do Governo

ATITUDE DO GOVERNO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Ótimo	125	62%
Bom	49	24%
Regular	28	14%
Péssimo	0	0%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008).

Tabela 6 : Qual os benefícios do programa do leite

BENEFICIO DO PROGRAMA DO LEITE	FREQUENCIA	PERCENTUAL
ALIMENTAR OS DESNUTRIDOS	21	26%
AJUDAR NA NUTRIÇÃO	15	3%
ELIMINAR A FOME	9	12%
BOM ATENDIMENTO DO POSTO	30	14%
PONTUALIDADE E QUALIDADE	8	19%
ALIMENTAR AS CRIANÇAS CARENTES	35	16%
ENQUADRAR-ME NO PROGRAMA PARA RECEBER O LEITE	34	4%
AJUDAR AS GRÁVIDAS	17	6%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008)

Tabela 7: Ponto Negativo do Programa

UM PONTO NEGATIVO DO PROGRAMA	FREQUENCIA	PERCENTUAL
DISTANCIA DO POSTO	21	10%
MAU ATENDIMENTO DO POSTO	15	6%
FILAS GRANDES	9	4%
POUCOS LITROS DISTRIBUÍDOS	30	15%
O HORÁRIO DE ENTREGA É CURTO	8	4%
CORTE QUANDO SAIR DO PERFIL	35	18%
FALTA DE FISCALIZAÇÃO	34	18%
LEVAR EM CONSIDERAÇÃO FAMILIAS COM MUITAS CRIANÇAS	17	8%
NÃO TENHO O QUE RECLAMAR	33	16%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008)

Tabela 8: Escolaridade

ESCOLARIDADE	FREQUENCIA	PERCENTUAL
ENSINO FUNDAMENTAL	86	43%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	29	14%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	62	31%
NUNCA ESTUDOU	25	12%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008)

Tabela 9: Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	FREQUENCIA	PERCENTUAL
DE 10 A 20 ANOS	81	40%
DE 20 A 30 ANOS	72	36%
ACIMA DE 30 ANOS	49	24%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008)

Tabela 10: Estado Civil

ESTADO CIVIL	FREQUENCIA	PERCENTUAL
SOLTEIRO	59	23%
CASADO	96	36%
DIVORCIADO	60	23%
VIUVO	46	18%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008)

Tabela 11: Renda Mensal

RENDA MENSAL	FREQUENCIA	PERCENTUAL
MENOS DE 1 SM	117	40%
DE 1 A 2 SM	85	36%
ACIMA DE 3 S M	0	24%
TOTAL	202	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008)

Tabela 12: Residência

RESIDENCIA	FREQUENCIA	PERCENTUAL
ZONA OESTE	59	23%
ZONA LESTE	96	36%
ZONA SUL	60	23%
ZONA NORTE	46	18%
TOTAL	77	100%

Fonte: Pesquisa da Autora (2008)

Anexo 1: Organograma da SETHAS

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS

